OURO FINO

MEMÓRIAS DE UM ARRAIAL VILABOENSE

GLENIA DAS CHAGAS CARNEIRO SILVA

EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Glenia das Chagas Carneiro Silva

OURO FINO

Memórias de um Arraial Vilaboense

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2025

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0

Foto da capa: Reprodução/Alessandra Cecília
Revisão: A autora

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586o Silva, Glenia das Chagas Carneiro
Ouro fino [recurso eletrônico] : memórias de um arraial vilaboense / Glenia das Chagas Carneiro Silva. - Santo Ângelo : Ilustração, 2025.
96 p. : il.

ISBN 978-65-6135-162-1
DOI 10.46550/978-65-6135-162-1

1. Arraial de Ouro Fino – História. 2. Goiás - História. I. Título

CDU: 94(817.3)

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial

Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánches	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edemar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc.*

Aos meus filhos, Brunna Chagas Carneiro Silva e Lucas Chagas Carneiro Silva, vocês são a razão do meu esforço e a força que me impulsiona a ir além. Lucas, você é a estrela mais brilhante no céu da minha vida. Sua partida prematura deixou uma dor que não se pode mensurar, mas sua memória é um farol que continuará a me guiar, me dando a certeza de que o nosso amor é eterno e transcende qualquer barreira.

Brunna, você é a minha alegria, a minha esperança e a inspiração que me impulsiona. Sua força e seu amor são a promessa de que meu amor por você será a maior e mais bonita de todas as nossas histórias.

AGRADECIMENTOS

Cabe-me aqui, apresentar os meus agradecimentos a diversas pessoas que por identidade de idéias, sentimentos e compreensão, contribuíram para a produção deste livro, fruto de uma pesquisa realizada entre 2002 e 2003.

Sou grata, primeiramente, ao Grande Arquiteto do Universo, pois nos momentos mais difíceis através de uma relação espiritual com ele consegui superar as dificuldades e manter aceso o meu objetivo.

Desejo, ainda, estender o meu reconhecimento a Maria de Fátima Cançado, no período da pesquisa, diretora da Biblioteca Frei Simão, na Cidade de Goiás, que contribuiu muito no sentido de ter a minha disposição documentos, jornais e demais fontes.

Da mesma forma, agradeço ao ilustre Marco Antônio Veiga de Almeida que ocupava o cargo de Secretário Municipal de Cultura e Turismo e, que em um momento de aflição por não ter mais onde recorrer, concedeu-me o seu acervo iconográfico e recortes de jornais sobre Ouro Fino.

Dentre tantos, outros, não há como deixar de registrar a colaboração daqueles que me consentiu a oportunidade de entrevistá-los e, poder voltar no tempo, nos emocionar-mos e não conformar com o descaso do governo com o incrível arraial de Ouro Fino que desapareceu. São eles: Afonso de Souza, Clemildes Calixto da Silva Ribeiro, Maria Calixtina e Adão Martins da Costa.

Chegar ao final desse livro foi para mim vencer um desafio que, em várias ocasiões, pareceu-me muito maior do que eu. Por esta razão, considero impagável a dádiva de gratidão que contraí com todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu vencesse o desafio.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

1 OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA MUDANÇA DA PAISAGEM NO SERTÃO GOIANO 17

1.1 As Bandeiras na expansão geográfica no interior do Brasil e em Goiás 17

1.2 O cenário da mineração em Goiás e o surgimento de Ouro Fino 21

1.3 O Sistema de Sesmarias e a Lei de Terras em Goiás 28

2 OURO FINO: HISTÓRIA E MEMÓRIA 39

2.1 A visão dos viajantes sobre Ouro Fino no início do século XIX 39

2.2 Ouro Fino: a transformação da sua paisagem no século XIX 46

2.2.1 História ou lendas? 62

2.3 Seminário de Ouro Fino 65

CONSIDERAÇÕES FINAIS 77

REFERÊNCIAS 79

ANEXOS 83

APRESENTAÇÃO

"É da memória que os homens derivam a experiência, pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito duma única experiência." (Aristóteles)

Em razão das condições econômicas vigentes durante os séculos XVI e XVII, em que, maiores possibilidades cabiam às regiões produtoras de gêneros agrícolas ou fornecedores de especiarias, as explorações portuguesas vão estar limitadas praticamente à orla litorânea. Mas a partir do início do século XVIII, com a expansão da atividade mineradora, a Capitania de Goiás foi se formando sob a perspectiva o ciclo do ouro e, arraiais como Sant'Anna, Ferreiro, Anta e Ouro Fino surgiram nesse período.

O arraial de Ouro Fino, aqui analisado, um dos primeiros povoados da Capitania de Goiás, surgiu por volta de 1726. Foi neste local, a cerca de 18 km a leste da atual cidade de Goiás, que Bartolomeu Bueno encontrou as primeiras jazidas, e seu nome reflete a notável qualidade do ouro extraído. Hoje, suas ruínas configuram-se como um importante vestígio do período do apogeu da extração aurífera, guardando uma história que transcende o âmbito local para integrar à regional e nacional. O extinto arraial é um testemunho de mais de dois séculos que unem memória, vivências, mistérios e as múltiplas representações de seu passado.

O livro *Ouro Fino: Memórias de um Arraial Vilaboense* é o resultado de uma pesquisa conduzida entre os anos de 2002 e 2003, cujo objetivo principal foi o de resgatar e reconstituir a história e a memória do local. A obra, portanto, se propõe a ser um registro documental e analítico sobre o passado desse arraial, contribuindo para a historiografia regional.

Para isso, foi dividido em dois capítulos, sendo que no primeiro, situa-se o Brasil e o Estado de Goiás no contexto dos séculos XVI e XVII, momento em que houve um verdadeiro empreendimento em torno da procura do ouro. Sendo, o bandeirismo paulista o responsável por uma série de expedições ao longo dos anos de 1600, mas é no século seguinte que houve um grande afluxo populacional diante das descobertas auríferas. Consequentemente, a quase totalidade da mão-de-obra será a absorvida pela minerarão, permanecendo a agricultura e a pecuária até o final do século XVIII, na condição de subsidiárias. Trata-se de uma contextualização

histórica referente ao período bandeirantista, e o atingir Goiás, já situa o dimensionamento do arraial de Ouro Fino, surgido na época da mineração, conforme, o próprio nome simboliza.

No segundo capítulo, resgatamos a História e a Memória de Ouro Fino, procurando demonstrar suas influências, no que diz respeito à peculiaridade deste espaço enquanto preservação e manutenção da identidade histórico-cultural goiana a nível nacional. Cumpre salientar que, este capítulo apresenta uma maior extensão, pois a essência da pesquisa centra-se nas múltiplas faces assumidas por este arraial, que reserva para todos um verdadeiro conjunto de estórias, lendas, tragédias e mistérios que o tempo, a ciência e o conhecimento procuram explicar.

Portanto, ao trabalhar História e Memória, buscou-se apresentar suas convergências partindo do arraial de Ouro Fino que viveu dias de glória e hoje se encontra em total abandono. Apesar disso, sua história não se rompe e nem se finaliza. Permanece, para sempre, na memória. Nesse sentido, a conjugação de diferentes olhares pode, efetivamente, trazer novas percepções sobre muitas das experiências passadas no sertão goiano e em particular, em Ouro Fino, colaborando desta forma, para outros estudos futuros.

Capítulo 1

OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA MUDANÇA DA PAISAGEM NO SERTÃO GOIANO

1.1 As Bandeiras na expansão geográfica no interior do Brasil e em Goiás

Os domínios portugueses na América eram uma faixa estreita de terras, determinada pelo Tratado de Tordesilhas, mas como os portugueses, desde os primeiros tempos da colonização, tinham a intenção de adentrar o território brasileiro à procura de riquezas, o processo de interiorização não demorou muito a começar. Principalmente, quando em meados do século XVII a indústria açucareira começa a enfrentar uma crise econômica, mediante a concorrência antilhana. Nesse momento, havia a necessidade de substituir a economia açucareira ou, pelo menos, suprir as deficiências econômicas, por uma nova fonte de renda, levando a Coroa Portuguesa a estimular as Entradas e Bandeiras[1], no interior do Brasil, em busca de metais e pedras preciosas, inclusive no sertão goiano. Sendo assim, o bandeirantismo tomava novos rumos, e podemos confirmar isso nas observações feitas por Ellis, quando escreveu que:

> Portugal urgia substituir por nova fonte de renda o açúcar brasileiro em declínio que repercutiu no apresamento do índio paulista, de forma a diminuir-lhe a intensidade, mas agindo em sentido contrário em relação às explorações pesquisadoras de metais, impulsionando-as. [...] vários sertanistas de São Paulo percorreram durante o século XVII o sertão mineiro, goiano e mato-grossense em busca de minas de metais e pedras preciosas (1989, p. 294).

"A convicção de que o Brasil devia ter minas de metais e pedras preciosas, já existia havia quase dois séculos quando a esperança de há tanto tempo protelada materializou-se, finalmente, em escala deslumbrante." (Boxer, 1996, p. 59). Para isso, foram organizadas diversas bandeiras

1 As Entradas e Bandeiras e a denominação que se deu aos movimentos expedicionários que penetraram o interior do Brasil. E aqueles que participavam dessas incursões foram chamados de bandeirantes, os quais adentravam os sertões em todas as direções, inicialmente a procura de indígenas para que pudessem aprisioná-los e posteriormente torná-los escravos dos trabalhos desenvolvidos na Colônia Brasileira, e mais tarde, a procura de minérios.

partindo de vários pontos da colônia, como Bahia, Espírito Santo, Ceará, Sergipe e, principalmente, de São Paulo, as quais iam expandindo cada vez mais para oeste as terras da América Lusitana.

Cabe aqui ressaltar, sobre a situação socioeconômica da Capitania de São Vicente nas últimas décadas do século XVII e primeiras do século XVIII, para que possamos compreender melhor o motivo de os vicentinos terem se dedicado mais à atividade bandeirante, já que eles foram os que mais empreenderam Entradas rumo aos sertões, até então, habitados somente por índios, contribuindo, assim, para o reconhecimento das terras do interior e para o aumento territorial da América Portuguesa.

Os argumentos utilizados pelos paulistas na época é que, cultivar o solo, daria mais trabalho do que aprisionar índios, os quais eram vendidos para serem usados como mão-de-obra escrava, principalmente, nas regiões de cultura canavieira, uma vez que "o isolamento da capitania e a incapacidade de suportar um comércio exportador e importador, resultou no seu afastamento dos centros mais prósperos da Colônia e até mesmo da metrópole" (Souza, 2002, p. 21). Diante disso, percebe-se que São Vicente não teve interesse em ampliar sua produção de açúcar e concorrer com o Nordeste, pois o isolamento em que viviam contribuiu grandemente para que desenvolvesse uma economia autossuficiente, voltada para a policultura e para o modesto pastoreio, além de desenvolverem um artesanato próprio. Isso "garantiu ao bandeirante paulista alimentação sadia, conservando sua resistência física e mantendo-o organicamente eficiente para enfrentar longos caminhos e as agruras do sertão" (Ellis, 1989, p. 281).

Os bandeirantes paulistas eram homens rústicos e audaciosos, e isso contribuiu para a manutenção e a sobrevivência do núcleo social paulista, mas também para a interiorização do Brasil. Eles estavam dispostos a percorrer os sertões em busca da riqueza que até então não havia encontrado em sua capitania. Para os paulistas, encontrar minas de metais e pedras preciosas era uma questão de honra, com isso quem sabe, a Coroa Portuguesa começaria a ver a Capitania de São Vicente com outros olhos e então demonstrar interesse e preocupação com aqueles que ali viviam. Foi com essa mentalidade que os vicentinos se lançaram Brasil adentro com intuito de poder encontrar o El Dourado, proporcionar a riqueza há tanto tempo desejada e conquistar a confiança da Coroa Portuguesa.

A busca por esses lendários tesouros, fez com que os bandeirantes, não só os paulistas como também, homens vindos de outras regiões do Brasil, devassassem o interior, abrissem caminhos e preparassem a descoberta

do ouro. Mas, somente no final do século XVII, foram encontrados os primeiros veios auríferos, no atual estado de Minas Gerais. Logo depois novas descobertas de minérios se constataram nos atuais estados de Mato Grosso e Goiás. Nesse momento, revelaram riquezas até então nunca percebidas pelos exploradores da colônia portuguesa.

Localizado o ouro nas diversas regiões do interior do Brasil, terminavam as Entradas, as quais foram substituídas pelo povoamento em torno das lavras formando arraiais e vilas. As pessoas que para lá se deslocavam, iam atraídas pelos interesses que a mineração proporcionava, a qual inaugurava na História do Brasil uma nova época.

Ao longo do século XVIII, as áreas mineradoras foram completamente modificadas por causa do imenso fluxo populacional. Como já foi dito acima, nas proximidades de um local de mineração, fundava-se um pequeno povoado. Com o tempo, os povoados cresceram em número de habitantes e nas atividades desenvolvidas, muitas se tornaram cidades, outros desapareceram. Entretanto, a maior parte do ouro extraído nas minas acabou sendo enviado para fora do Brasil, sendo que, os grandes beneficiados com o ouro foram os portugueses, que monopolizaram certas áreas mineradoras e enviaram funcionários para as minas, "procurando controlar" o que fosse feito pelos mineradores, pois a preocupação dos governantes era com os impostos devidos à coroa.

Ao final das contas, os colonos mineiros, basicamente não se beneficiaram com a extração de tanto ouro encontrado no Brasil, pois grande parte do metal acabou nos cofres dos reis, como imposto, e o que ficava com os mineiros, em certas épocas, mal dava para cobrir as despesas. Por outro lado, para se extrair o metal os exploradores precisavam de equipamentos, alimentos e mercadorias para seu consumo diário, e isso fez com que o comércio da colônia fosse mais estimulado, contribuindo para a intensificação do comércio e a interiorização do Brasil. No sertão goiano, Cunha Mattos registrou algo semelhante a essas informações, quando em sua passagem pela Província de Goiás nos informou que,

> os arraiais do Ferreiro, Ouro Fino, Bonfim, Anta, Santa Rita, Pilar, em conclusão todos os arraiais da província, e a capital dela, foram levantados nos lugares que mais ouro aparecia; foram povoados por muitos milhares de trabalhadores e negociantes, que depressa exauriram o metal que parecia vegetar, ou sair das entranhas da terra. Devia chegar o tempo em que a mão comum dos homens se arrependesse da sua prodigalidade, ou se cansassem de apresentar tantas riquezas aqueles que, bem longe de a beneficiarem, demoravam-se no teatro da sua feliz

> ventura enquanto não se locupletavam: ela fez-se mais escassa, obrigou os homens a trabalhos mais severos, ou fê-los desistir das empresas a que se haviam entregado... (1875, p. 79).

É importante perceber que, para a Coroa Portuguesa, o que mais interessava naquele momento eram os benefícios que teriam com a mineração, no caso os impostos recebidos sobre a produção aurífera, entre outros que, também, eram cobrados. Além, de garantir o aumento do espaço geográfico pertencente a Portugal. Na verdade, Portugal, no primeiro momento, não estava interessado em melhorar a situação daqueles que viviam na região das minas, e isso fez com que muitos se arrependessem dos imprevistos que a mineração lhes preparou, já que a extração das jazidas, mais tarde, se tornou inviável, o que levou muitos a falência e ao arrependimento.

Pode-se constatar que a expansão paulista rumo ao sertão goiano efetuou-se desde os fins do século XVI, como descreve Palacin, "quando entre 1590 e 1593 teria chegado à região leste do Tocantins a primeira bandeira da qual se tem conhecimento, a de Antônio Macedo e Domingos Luis Grau."[2] Mas, foi especialmente durante o século XVII que o sertão goiano passou a ser freqüentemente trilhado pelos caçadores de índios. No entanto, "a conquista e o povoamento realizaram-se, somente depois do descobrimento do ouro, pela expedição de Bartolomeu Bueno da Silva Filho – também conhecido como o Anhanguera", (Ellis, 1989, p. 296) que saiu de São Paulo, em julho de 1722, comandando 152 homens e alguns religiosos em busca da Serra dos Martírios. A expedição permaneceu mais de três anos vagando pelo sertão em busca do eldorado e, devido a repulsa do Anhanguera em admitir o fracasso e sua cega obstinação, tiveram êxito nesta expedição levando-os ao triunfo, ou seja, ao descobrimento das minas procuradas. E,

> depois de três anos e três meses, a 21 de outubro de 1.725, retornaram os sobreviventes a São Paulo, onde já se organizavam expedições de busca e salvamento. Voltaram poucos, mas triunfantes [...] a verdade é que Bueno voltou muito satisfeito, propalando que tinha encontrado cinco córregos auríferos. Assim sobre o signo do ouro, iniciava-se a incorporação de Goiás a história. (Palacin, 1994, p. 21-22)

Em 1726, voltou Bueno com nova expedição ao sertão goiano trazendo em sua companhia uma comitiva bem maior que da primeira vez, conduzindo o que lhe pareceu necessário para se estabelecerem. "A viagem de volta ao sertão dos Goiazes durou seis meses, quando então

2 Citado em SOUZA (2.002: 25)

chegaram à chapada, onde seria mais tarde fundado o Arraial de Ouro Fino." (Funes, 1983, p. 19). E, seguindo o curso do ribeirão que ali se encontrava puderam mais uma vez chegar as margens do Rio Vermelho.

Bartolomeu Bueno da Silva, muito satisfeito, tratou logo de fixar estabelecimento junto à margem do Rio Vermelho, onde foi fundado o Arraial de Sant' Ana, mais tarde Vila Boa e que viria a ser capital da futura Capitania de Goiás. Nesta ocasião, fundou também as povoações da Barra, Ferreiro, Ouro Fino, Santa Rita, entre outros, das quais puderam obter bons resultados. Posteriormente, surgiram outros centros urbanos mineradores mais afastados da capital. Fica claro, para a História do Brasil, e principalmente, para a História de Goiás, que a espoliação absorvente e sugadora do minério propiciou o povoamento e determinou a ocupação da terra, o que possibilitou a colonização, construção e organização administrativa a fim de que os desvios e contrabandos fossem evitados.

Pode-se dizer que foi o bandeirantismo que desempenhou papel fundamental na nova configuração geográfica colonial. Isto porque, nos dois primeiros séculos da Colonização Portuguesa, a exploração restringiu-se ao latifúndio rural litorâneo. Não houve por parte do colonizador português, neste período, a preocupação em fixar raízes nos sertões povoados pelo gentio. E, com a mineração proporcionada pelas Entradas e Bandeiras, foi possível promover a intensificação da Colonização Portuguesa no Brasil, sendo que a atuação dos bandeirantes foi fundamental para a ocupação e formação urbana do Centro-Oeste.

1.2 O cenário da mineração em Goiás e o surgimento de Ouro Fino

A mineração brasileira foi proporcionada pelas Entradas e Bandeiras e, entre os conquistadores do interior do Brasil, destacam-se os paulistas, os quais "sem dúvida foram homens de coragem e de valentia" (Souza, 2002, p. 17).

Eles contribuíram grandemente para a interiorização da população, para o aumento geográfico do território brasileiro e para as descobertas de metais e pedras preciosas. E é, justamente neste contexto histórico, que Goiás começa a fazer parte da História do Brasil, pois "foi o ouro que deu origem a Capitania de Goiás e determinou-lhe o progresso no século XVIII" (Salles, 1992, p. 13). E as conseqüências disso foi à incorporação definitiva do território goiano às terras da Coroa Portuguesa.

Desde os tempos remotos da colonização do sertão goiano que "Goiás entrou na história como as Minas dos Goyazes e, segundo a divisão do trabalho no Império Português, este foi o título de existência e de identidade de Goiás durante quase um século" (Palacin, 1994, p. 27). Isso nos permite perceber que o ciclo aurífero fez com que o Centro-Oeste goiano fosse conhecido e reconhecido por Portugal e por outros países europeus, produzindo significativas mudanças socioeconômicas administrativas no sertão goiano, pois o que antes era uma região habitada somente por índios, passa a receber pessoas de vários lugares. E assim, o afluxo demográfico para as minas povoou vasta área do interior, acentuando a evasão populacional do litoral brasileiro e até mesmo da Europa, especialmente de Portugal.

Aliado a isso, pode-se perceber os conflitos de posse do território e das minas goianas, entre indígenas, paulistas e forasteiros, os quais se achavam no direito de lutar pelos seus interesses. Iniciam-se, também, as disputas com a Coroa Portuguesa pela contribuição tributária, sendo que as reformulações administrativas aconteciam conforme percebia prejuízos e irregularidades no sistema administrativo. Uma forma encontrada para evitar contrabandos e fraudes no sistema minerador foi implantar cargos administrativos na região das minas desde os primeiros anos da ocupação e colonização. Para isso, o governador de São Paulo, na época, Rodrigo César Menezes, designou Bartolomeu Bueno da Silva a ocupar o cargo de Superintendente das Minas Goianas e a João Leite de Ortiz concedeu-se o título de guarda-mor. Foi assim que surgiram os primeiros cargos administrativos nas Minas dos Goyazes, é claro, sob a jurisdição da Capitania de São Paulo, uma vez que o Sertão Goiano foi, até o ano de 1744, considerado parte da Capitania de São Paulo, quando se deu a criação da Capitania de Goiás que, a partir daí passa a ter um governo próprio, subordinado não mais a São Paulo, mas sim à Coroa Portuguesa.

O descobrimento das minas de ouro no Sertão Goiano levou inúmeras pessoas a se dirigir até ele, as quais vieram de forma "brusca e violenta" atraídas pelo tal metal precioso, ocasionando, o surgimento de pequenos povoados com novos padrões urbanos nas regiões de mineração, contribuindo assim com a transformação da paisagem natural do dia para a noite, os quais iam sendo transformados em centros urbanos, algumas regiões mais densamente povoadas que outras. Muitas dessas desapareceram, mas deixaram vestígios do período de esplendor da extração aurífera, como é o caso do arraial de Ouro Fino, que surgiu com a descoberta do ouro, e com o tempo desapareceu, não conseguindo sobreviver aos embaraços dos longos anos de sua existência. No entanto, ainda hoje, apresenta inúmeras

grotas do período da mineração, testemunhando as atividades de lavagem do cascalho, em alguns pontos, chegando até os limites urbanos do arraial. Sem contar que é possível ver a olho nu restos de uma pequena povoação que com certeza no passado foi de expressiva importância, já que "o ouro que se extraía ali era de excelente qualidade" (Cunha Mattos, 1824, p. 31), "além de ser cortado pelo Caminho Geral de Goiás" (Souza, 2000, p. 31).

A Historiografia Tradicional, ao referir-se aos tempos do ouro em Goiás, reporta-se às badernas e violência de toda ordem, tais como brigas e crimes brutais. Obviamente que essa noção não é gratuita. Em 1812, por exemplo, Silva e Souza reuniu, a partir de depoimentos dos antigos, casos de violência ocorridos ao longo do século XVIII e, em toda região, incluindo-se os cruéis assassinatos cometidos por uma mulher em Ouro Fino, que segundo *verbi* causa:

> Uma mulher paulista que sufocou em uma toalha e sepultou nas lavras de Ouro Fino as duas filhas, só por serem vistas e louvadas a sua formosura: a mesma, frenética de zelos, matou o filhinho de uma escrava, julgando ser obra do marido, lh'o apresentou assado em um espeto a horas da comida. (1998, p. 79).

Este caso descrito por Silva e Souza, da mulher dominada pelo ciúme e pelo ódio, a qual pratica um crime assombroso aos nossos olhos que com certeza, indignou os moradores das redondezas do arraial de Ouro Fino, é apenas um dos vários crimes cometidos nos arredores das minas goianas, e isto demonstra a violência nos tempos do ouro em Goiás. Mas, teria sido realmente verdade esta tragédia? Ou, a comunidade local marcada pelo medo e por suas irregularidades jurídicas reproduziram um fato já acontecido em um outro lugar? Em decorrência disso, é importante a revisão das tradições estabelecidas no século XVIII em Goiás. Os relatos transmitidos oralmente, muitas vezes de "boca em boca", revelam uma visão de mundo caótico e violento, em que fatos e atitudes podem ter sido deturpados. Sabe-se que as conversas se modificam e agravam com o passar dos anos, assumindo conotações diversas, e passando a ser usadas por cronistas e historiadores para definir uma característica real de Goiás no período setecentista. Para tanto, se faz necessário um estudo sobre as tragédias e dramas ocorridas neste período. Mas, embora este debate seja rico e interessante não é o objetivo desta pesquisa, ficando então para uma outra oportunidade.

E, voltando para o foco, sabe-se que os agrupamentos urbanos que surgiram na época da mineração apresentavam formas irregulares, se comparadas a outros centros urbanos do Brasil na época e,

> sem dúvida, o maior desafio enfrentado pelos portugueses foi implantar os novos padrões urbanos nas regiões de mineração do Centro e na fronteira do extremo Oeste do país. Ali, os bandeirantes e outros mineradores tinham tomado a iniciativa na formação de comunidades, juncando os distritos de mineração de acampamentos construídos atabalhoadamente" (Delson, 1997, p. 27).

Isso porque, a sociedade mineira estava sempre se deslocando de um local para outro em busca de ouro e, com isso, esses primeiros aglomerados não passavam de casas, normalmente, improvisadas, muitas vezes não passando de barracos levantados para ocupação provisória e, geralmente, se instalavam próximos aos rios ou córregos de onde se extraía o ouro causando, assim, um processo de urbanismo inicialmente irregular.

A organização urbana de Ouro Fino, à princípio, não deve ter sido diferente dos outros arraiais da mineração, visto que quando Pohl e Saint-Hilaire passaram por ali, nas primeiras décadas do século XIX conseguiram identificar algumas casas e cabanas semiarruinadas espalhadas de forma desigual, o que nos leva a refletir sobre o seu planejamento urbano, pois se as casas tivessem sido devidamente planejadas e construídas não teriam, em tão pouco tempo, apresentado tais características. Entretanto, é importante notar, que a descoberta do ouro vai provocar uma corrida de aventureiros sedentos de riqueza fácil à região das minas, ocorrendo aí o surgimento de uma forma diferente de ocupação espacial, até então desconhecida na Colônia Portuguesa da América, dado que

> as opções de desenvolvimento econômico existente até esse período proporcionavam o surgimento de núcleos urbanos que se apresentavam quase que exclusivamente como apoio à produção rural, com grande parte da população residindo junto aos locais de plantação ou mesmo de criação de gado, ficando as cidades na maior parte do tempo ocupadas por um número insignificante de pessoas. (Coelho,1997, p. 124).

A Historiografia Goiana nos permite dizer que as pessoas que se deslocavam para as regiões mineradoras, iam porque eram atraídos pelo precioso metal e pela riqueza fácil que ele podia proporcionar. No entanto, como já foi dito, a população das minas era oscilante, uma vez que poucos vieram para fixar moradia, já que o mineiro estava onde tinha ouro. Desta forma, quando a extração aurífera apresentava dificuldades, muitos se deslocavam a procura de outros veios promissores e de fácil manejo, embora fosse sabido da parte dos mineiros, que as jazidas mais profundas permaneceriam incólumes à espera de técnicas aprimoradas para explorá-las.

Em Goiás, as formas de mineração e apuração do ouro variavam consideravelmente, conforme o tipo de formação que iria se explorar. Ele podia ser classificado de duas maneiras, sendo:

> a mineração de cascalho e a mineração de morro. A mineração de cascalho podia ser de veio de rio de taboleiros ou de grupiara, ambos passavam por um processo de lavagem e tinha que separar o cascalho do ouro para operá-lo. A operação se processava na bateia. Já a mineração de morro era muito mais dispendiosa e exigia maiores conhecimentos técnicos, sendo os procedimentos bastante rudimentares. As duas formas de mineração de morro eram o talho aberto e a mineração de mina. (Palacin, 1994, p. 63-64).

A atividade desenvolvida durante os primeiros anos da mineração é quase sobre-humana. "Cunha Mattos, visitando o Norte quase um século depois, admirava-se da magnitude dos vestígios da mineração: as escavações, a remoção de terras, o desvio de águas produzia a impressão de uma obra de ciclopes" (Palacin, 2001, p. 30). Mas, na verdade, não eram ciclopes, e sim seres humanos, obstinados em encontrar o ouro. Os escravos faziam praticamente todo trabalho da capitania e representavam uma grande parte da população. Isso, mais tarde, começa a mudar, porque vai faltar mão-de-obra escrava para realizar os trabalhos, devido ao seu alto preço e à dificuldade de trazê-los até o sertão.

Durante o período minerador, a economia de Goiás era basicamente extrativista e tudo girava em torno do ouro. O pouco interesse pela agropecuária, demonstrado pelos mineiros, era reforçado pelas autoridades governamentais que, preocupadas com a produtividade das minas, procuravam impedir o desenvolvimento de outras atividades econômicas que viessem ocupar força de trabalho escrava necessária à mineração. E, por causa da pouca produtividade da região e devido à distância da Capitania de Goiás dos demais centros urbanos, as mercadorias, aqui vendidas, se tornavam muito caras, e assim o custo de vida não era nada fácil.

Ao longo do século XVIII, é possível perceber, que à vontade de enriquecimento pelo ouro foi contínua, até que as jazidas se esgotaram, melhor dizendo, tornaram-se inviáveis num processo iniciado a partir da segunda metade desse século. Funes fez algumas observações sobre as razões da queda na produção aurífera e da conseqüente estagnação da economia mineradora em Goiás, quando relatou que,

> Goiás, possuía vários recursos naturais que lhe possibilitava ser uma próspera capitania da colônia, foi, no entanto, uma das que mais penúria conheceu, passou gradativamente do período de euforia e esplendor

> da mineração a uma crise econômica da qual sairia somente algumas décadas depois. A mineração em Goiás teve uma duração efêmera. Tendo-se iniciado por volta de 1726, chegou ao auge na década de 50 e a partir daí entrou em franco declínio, período este que Mato Grosso e Minas Gerais, também passaram a enfrentar crises da mineração. Sendo que, as principais explicações para o declínio da mineração em Goiás são: técnicas rudimentares com as quais se exploravam as jazidas; falta de braços para a mineração; falta de capital para investir nas minas; e o mau desempenho das autoridades administrativas (1983, p. 23-24).

Observa-se, a partir daí, que em Goiás a mineração foi efêmera, tendo iniciado no começo do século XVIII e, já no final do mesmo século a mineração tornava-se uma atividade antieconômica para o mineiro, pois além de não receber incentivos por parte das autoridades governamentais, não tinha também condições financeiras para continuarem investindo, já que a mineração era uma atividade dispendiosa. É bom ressaltar que neste mesmo período as duas outras regiões mineradoras, Mato Grosso e Minas Gerais, também passaram por dificuldades e começaram a enfrentar a crise da produção aurífera. Ficando evidente que, em um período posterior a euforia da riqueza aurífera, o desejo de fortuna pela extração do ouro não poderia mais ser realizado. O resultado foi à busca de outras atividades econômicas para Goiás, voltadas para o ambiente rural, e que viesse suprir suas necessidades. Portanto, pode-se dizer que a economia da mineração do Brasil e, especialmente a de Goiás, teve um curto período de duração, mas proporcionou grande riqueza à Coroa Portuguesa, deixando para traz a transformação na natureza do sertão goiano e o início de um processo de urbanização.

É importante ressaltar, que o ouro nunca deixou de existir no sertão goiano, o que realmente aconteceu foi que as condições da época ocasionaram a estagnação e a paralisação da extração aurífera em grande escala. Mas a mineração, ainda hoje, está presente em nossa sociedade, pois algumas pessoas praticam clandestinamente o garimpo manual, ao longo do Rio Vermelho e em seus afluentes promissores de ouro, incluindo as proximidades do antigo arraial de Ouro Fino. Sem contar que, recentemente foi instalada a Empresa de Minérios Sertão, no município de Faina, próximo a Goiás, para extrair o ouro ali encontrado em abundância, a qual utiliza uma tecnologia avançada para perfurar o solo e chegar ao minério tão valioso e procurado no mundo inteiro.

Ouro Fino é uma das expressões do processo histórico comentado acima. O arraial surgiu no contexto da mineração do ouro e o seu nome, segundo Saint-Hilaire, "é devido à boa qualidade do ouro que se extraía

ali" (1975, p. 48). Sua criação data de cerca de 1.726, tendo sido um dos primeiros arraiais mineradores fundados em Goiás. Ele experimentou a agitação, euforia e surto de ocupação das primeiras descobertas do ouro e, também, a exaustão das jazidas, seguida do esvaziamento da população.

> Em 1783 o arraial chegou a possuir 15 tabernas, 4 lojas de fazendas secas e muitas casas. Tinha, ainda nesse período várias faisqueiras, sem contar que suas chapadas adjacentes, mostravam ouro, mas que não lhe podiam fazer serviços por falta de água. (Bertran, 1996, p. 116).

Não se sabe o volume de ouro extraído em Ouro Fino, sendo os registros poucos e imprecisos. Não há, também, registros de seu número de habitantes no século XVIII, mas é possível que se tenha constituído em um arraial de médio porte no contexto histórico em que Goiás estava inserido na época. E "com o gradual esgotamento das jazidas nas últimas décadas desse século, o arraial experimentou o processo de ruralização ocorrido em toda a capitania." (Bertran, 1997, p. 15).

É sabido que ali se extraiu muito ouro, mas muito ficou para traz, pois "nas grandes lavras de ouro, os mineiros aproveitavam apenas as aluviões ricas, deixando as matrizes, que se aprofundavam abaixo do nível hidrostático, por não terem meios para dominar a grande infiltração de água" (Almeida, 1944, p. 67), próxima aos córregos, o que dificultava a extração aurífera. Eis aí mais uma prova de que as técnicas usadas na extração do ouro eram realmente rudimentares, o que impediu a continuidade da mineração na época.

Em outro trecho Almeida informa que,

> no subsolo do povoado ainda se conservavam linhas aluvionares muito carregados de ouro fino; e assim também a Leste, nos contrafortes da serra, as capas de erosão encobrem preciosas minas de ouro e de outros metais. [...] Era tão abundante o ouro das aluviões lavradas que o remanescente escapo das canôas e das bateias, ainda merecia ser explorado. Em diversos pontos das margens do Praia, arrancando capim e lavando as raízes na bateia, aparava-se ouro. No córrego ainda encontrava linhas aluvionares inexploradas, que entretanto fornecia mais de meia grama por metro cúbico de terra e seixos. E no leito do Praia a bateia ainda recolhia 2,50 gramas de ouro em 5 horas de serviço (1944, p. 67).

Apesar do arraial se encontrar em decadência nos primeiros anos do século XIX, ainda gravitava em torno da exploração aurífera, cuja atividade parece ter sido encerrada tardiamente em relação aos demais arraiais, porque somente por volta de 1810 é que parte da população começava

a espalhar-se pelas fazendas e pela capital. Os que permaneceram após o declínio da mineração em Ouro fino foram pequenos agricultores e criadores. Entretanto, o clima mais ameno do local atraiu a emergente elite da cidade de Goiás, que construíram casas para recreio. Muitos deles só iam ao povoado nos fins de semana. Foi um período que pouco lembrava os turbulentos tempos do ouro.

"Em 31 de junho de 1845 de acordo com a lei nº 08, Ouro Fino foi elevado a Freguesia." [3] Bem mais tarde, já no final do século XX, Ouro Fino não existia, a não ser na memória, quando então, a região foi novamente tomada por mineiros, nesse momento, chamados de garimpeiros, os quais exploraram os córregos vizinhos do antigo arraial. Os proprietários arrendavam suas terras e, com isso, tinha uma porcentagem do ouro que se extraia. O córrego mais garimpado foi o Praia, e ali homens aliados as suas máquinas o reviraram em busca do ouro, deixando para traz somente a marca da destruição e a saudade de um tempo de ouro. Hoje se caminhar na região confunde-se os vestígios da mineração, por trazer marcas de dois momentos de glória: um refere-se ao início do povoamento e colonização, e o outro a um período bem próximo de nós.

1.3 O Sistema de Sesmarias e a Lei de Terras em Goiás

Embora esta análise esteja centrada em Goiás, julgou-se necessário um exame mais aprofundado sobre a implementação da colonização das terras referente a América Portuguesa, com vistas a fixar alguns traços fundamentais que caracterizam a estrutura fundiária brasileira desde a época colonial. É sabido que,

> o antigo instituto português das sesmarias foi transplantado para o Brasil como única forma possível de viabilizar o povoamento: diante da vasta extensão de terras e do reduzido número de pessoas com cabedal e governo em condições de enfrentar a dura tarefa da colonização, utilizou-se a Coroa do único instituto de doação de terras de que dispunha (Alencar, 1993, p. 23).

É de nosso conhecimento que a primeira tentativa oficial de ocupação e colonização na América Portuguesa aconteceu no ano de 1530, quando Martim Afonso de Souza comandou uma expedição, enviada pelo rei D. João III. Esses colonos pioneiros fundaram a primeira cidade portuguesa no Brasil, a Vila de São Vicente, no litoral do atual Estado de São Paulo.

3 Arquivo da Prefeitura da Cidade de Goiás

Nesse primeiro núcleo de povoamento, Martim Afonso distribuiu terras (sesmarias), introduziu mudas de cana-de-açúcar e animais e, construiu um engenho.

Sabe-se que nos primeiros anos da colonização, o Estado Português estava gastando muito dinheiro protegendo seu comércio com o Oriente e não tinha a intenção de investir recursos no Brasil. Por causa disso, o rei de Portugal buscou apoio da nobreza para colonizar as novas terras, e em 1534, dividiu o Brasil em lotes gigantes e depois concedeu cada um deles a um nobre português. Os lotes eram territórios chamados de Capitanias Hereditárias e, os nobres contemplados eram os capitães donatários. Ao todo, somavam-se quinze Capitanias Hereditárias concedidas a doze donatários. Os donatários não eram exatamente donos daquelas terras. Por exemplo, não podiam vender a capitania, mas tinham autorização do rei para doar porções de terras (as sesmarias) àqueles interessados em se instalarem na Colônia, segundo seus méritos. Ao que tudo indica

> não era permitido aos donatários apropriar-se das terras, ainda de maneira indireta, antes de passados oito anos de serem aproveitados pelos primitivos concessionários. Em caráter pessoal, tinha o donatário direito a uma área de dez léguas de costa, sujeitas as mesmas condições que as outras doações, isto é, o pagamento do dízimo e o aproveitamento da terra. (Alencar, 1993, p. 24).

E aos requerentes de sesmarias eram impostas condições tais como o cultivo da área concedida por dois anos. Ao longo de um ano, a sesmaria deveria estar titulada. Poucos foram os que cumpriram as exigências, era grande a abundância de terra e diminuto o seu controle.

Inicialmente, essas doações eram consideradas favores pessoais e não podiam ser herdadas. Aqueles para as quais eram doadas tinham apenas o usufruto, a propriedade era reservada a Coroa. "Muito breve, a política de terras, sofreu algumas modificações, as restrições à herança foram abolidas, pois se tornou óbvio que a Coroa tinha que aumentar seus favores a fim de atrair povoadores para a Colônia." (Costa, 1993, p. 174). Na verdade, foi muito difícil iniciar a colonização da América Portuguesa. Onde conseguir pessoas dispostas a viver no Brasil para sempre? Quem teria coragem de arriscar tanto dinheiro na tentativa de montar uma Colônia? E, diante dos problemas que poderiam enfrentar na Colônia, alguns donatários nem deram atenção ao Brasil. Outros donatários ainda tentaram, porém, a maioria falhou por não ter surtido os efeitos esperados, e com isso perderam todo investimento.

A concessão da sesmaria tinha por base a Lei de sesmarias, de 1375. Tratava-se de uma prática antiga em Portugal, empregada pelos reis na ocupação de terras pouco habitadas para aumentar a oferta de alimentos. Nas capitanias brasileiras, as sesmarias consistiam em grandes propriedades, que deram origem aos latifúndios que até hoje caracterizam o regime de propriedade de terra no Brasil. Segundo Alencar,

> As primeiras concessões de terra no Brasil foram feitas por Martim Afonso de Souza, autorizado por Carta Régia de 1530. por este documento percebe-se, ainda bem presentes, as intenções originais da Lei de Sesmarias quando de sua promulgação em Portugal no século XVI: o aproveitamento das cultiváveis e a recomposição do campesinato, que abandonava o campo pela cidade. Tinha a doação ainda um caráter de reconhecimento era uma dádiva do soberano e seus súditos que fizessem por merecê-la. Estabelecia um vínculo pessoal entre o Rei e o pretendente, dando à terra um caráter extra-econômico; a doação tinha um valor em si mesma e sua posse conferia "status", prestígio social. Nota-se que a Carta Régia não limitava o tamanho das concessões – 'aquela parte das ditas terras que bem lhe parecer', além de estabelecer o princípio da hereditariedade – será para eles e todos os seus descendentes. Estabelecia, ainda, a condição para manutenção da terra concedida: o aproveitamento – 'que dentro de dois anos de data cada um aproveite a sua'. (1993, p. 23-24).

No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei, quem estivesse interessado em adquirir um lote de terra, tinha que solicitar uma doação pessoal. A decisão final cabia ao rei, mas os trabalhos de análise estavam voltados para os governadores gerais, capitães donatários, provedores, enfim, numerosos funcionários que se instalavam na Colônia. Sendo que, a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu *status* social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. A legislação sesmarial no Brasil dizia que as terras deveriam ser entregues à homens de posse, os quais pudessem com seus recursos explorá-las e construir fortificações contra o gentio. Em virtude disso a terra, nesta época, representava prestígio social junto à realeza. Mas,

> por volta de meados do século XIX, o conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio da nação. De acordo com a Lei de Terras de 1850, a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador ente o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. Em vez de ser uma dádiva pessoal concedida

> pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. Quando a terra era uma doação real, o rei tinha o direito de impor certas condições, regulamentando seu uso e sua ocupação e limitando o tamanho do lote e o número de doações recebidas por pessoa. E quando a terra se torna uma mercadoria adquirida por indivíduos, as decisões concernentes a sua utilização passaram a ser tomadas por esses mesmos indivíduos. (Costa, 1999, p. 172).

Percebe-se que no Período Colonial a burocracia referente à concessão e confirmação de doação de terra era muito mais complicada do que se possa imaginar e, isso explica a restrição das sesmarias a poucos homens, já que as dificuldades de conseguir um lote eram bem maiores do que o desejo de muitos estrangeiros de se estabelecerem na Colônia. Sem contar que "a partir de 1753, a confirmação da doação dependia ainda de medição e demarcação, coisa praticamente impossível pela inexistência de geômetras como eram chamados os agrimensores" (Alencar, 1993, p. 24). Podemos até dizer que "as sesmarias foram mais uma forma de apropriação do que de propriedade" (Souza, 2002, p. 43).

Diante das dificuldades encontradas com relação ao acesso à terra, muitos dos homens livres que vieram da Europa em busca de fortuna, acabaram prestando serviços aos latifundiários, ou se tornando pequenos sitiantes de terras menos férteis, funcionando assim, como uma espécie de reserva de mão-de-obra para qualquer tipo de serviço. Outras, porém, se lançaram rumo ao sertão, o qual no momento não interessava aos senhores do litoral. A verdade é que ao longo do século XVIII,

> nas regiões não ocupadas com a lavoura de exportação, havia a possibilidade do apossamento puro e simples, independente de formalidade. Eram, em geral, regiões muito remotas, que não interessavam aos senhores do litoral. A interiorização do povoamento se fez com base na posse: a atividade econômica predominante – pecuária extensiva – e as dificuldades com a burocracia da Coroa levaram à ocupação de grandes áreas. A legalização dessas propriedades fêz-se, posteriormente através de 'brechas' na legislação: os cartórios locais aceitavam, por exemplo, os contratos de compra e venda dessas terras, que se tornavam desta forma, 'legalizadas'. (Alencar, 1993, p. 15).

Para Souza,

> as formas de ocupação da terra em Goiás não fugiram às práticas das demais regiões brasileiras, ou seja, a concessão de sesmarias, foi também a primeira forma legal de apropriação do solo e a posse uma prática constante entre os goianos. A elas juntaram-se, posteriormente outras formas legais de aquisição da terra: a compra, a herança e outras

> de menor importância. A maior parte das sesmarias fundadoras da conquista goiana – passadas pelos governadores de São Paulo – escapou à legislação restritiva na Ordem Régia de 21 de maio de 1744 [...] na qual dispõe a sua majestade como se devem doar terras de sesmarias e que determina sejam ouvidas as câmaras dos sítios a que pertencem as ditas terras [...]. (2002, p. 43).

Fica claro diante dessa passagem que, o território goiano não sofreu, "ao pé da letra", às restrições da Lei de 1744, pois além de ser uma região longínqua da Capitania de São Paulo, o que dificultava manter o controle efetivo sobre a apropriação do solo, foi povoado de forma rápida por mineiros que muitas vezes não se preocupavam com as leis, mas sim com a fortuna. No interior a posse era uma realidade irrefutável. Isso não quer dizer que não houve concessão de sesmarias em Goiás no Período Colonial, pelo contrário, pois segundo Souza houve,

> 1052 pedidos, concessões e confirmações de sesmarias, levantadas e trabalhadas por Edna José da Silva, no período de 1726 a 1777, sendo que 48,4% das áreas são menores que uma légua, ou seja, menores que o padrão estabelecido para a concessão. Esse padrão foi definido a partir de correspondência Régia, ao governador e capitão geral, ordenando-lhe que seja somente de ½ (meia légua) a sesmaria dada nas terras em que houver minas e nos caminhos para elas, sendo de 3 (três) léguas nos mais sertões e que se dê sesmarias numa só das margens dos rios que precisarem serem atravessados por barcos. (2002, p. 46).

A partir daí, é possível imaginar como deveria ser a região das minas, talvez parecida com uma colcha de retalhos, pela enorme quantidade de concessão de terra próxima aos rios ou córregos auríferos. O fato é, que mais tarde, essas "propriedades", na maioria das vezes, não passavam pelo processo de legalização, por motivos diversos, como por exemplo, a burocracia em que autoridades encaravam tal processo ou a dificuldade na medição das sesmarias devido ao reduzido número de agrimensores no Brasil neste período, além desses, haviam outros motivos que não cabe aqui aprofundar sobre eles.

As sesmarias concedidas ao homem no Planalto Central durante o Período Colonial para a agricultura e, principalmente, para a pecuária, eram

> enormes, da ordem de três léguas de comprimento por uma de largo, vale dizer 100 quilômetros quadrados. Essas sesmarias de sertão eram dimensionadas tanto para a criação extensiva de gado vacum e cavalar como para as atuais cercas de arame, o gado era criado à larga, misturado, identificado apenas pela marca do proprietário, costeado

> apenas uma vez por ano e servido de sal nas águas, pois durante a seca os campos queimados forneciam os sais minerais necessários (Bertran, 1994, p. 155).

Sabe-se que essas grandes extensões de terra não faziam jus às produções que em sua maioria eram escassas. A criação de gado ou cultivo do solo com produtos alimentícios se relacionava a extensão territorial recebida em sesmarias, que foi surpreendentemente pequena. Aqueles que a exploravam não estavam interessados em usá-la racionalmente. Não se preocupavam com o "espírito de inovação". Não tentavam diversificar a produção fazendo rodízios, mas cultivavam um produto até a exaustão do solo, deslocando-se na maioria das vezes para outras áreas em busca de terra virgem. Esta forma de explorar a terra contribuiu grandemente para a mudança da paisagem natural do Planalto Central, e cada ano que passava mais matas virgens ou cerrados iam sendo derrubados e queimados. A queimada é originária do índio, mas este sabia aproveitar e conservar a natureza, ao passo que o homem branco não soube. Ressalta-se que, a queimada ainda é uma prática usada na atualidade, causando enormes danos à natureza em geral.

Vale ressaltar que as terras goianas coloniais foram ocupadas, predominantemente nos padrões de área definidos pela Coroa Portuguesa, sem cumprir as formalidades necessárias à regularização. Talvez isso se justificasse pela imensidão de terras disponíveis e pelo interesse dos políticos, os quais procuravam inviabilizar um sistema eficiente de regulamentação da ocupação, para não perderem suas concessões territoriais, já que em sua maioria, eram latifundiários ou mantinham laços familiares com os mesmos. Por outro lado, os goianos se viam perdidos e isolados com relação ao litoral, onde se encontravam os grandes centros econômicos, e isso não estimulava esses latifúndios a legalizarem suas fazendas, devido não serem tão valoráveis como as do litoral.

A população goiana se autossustentava mediante às atividades agropastoris desenvolvidas no sertão e o excedente da produção era comercializado em mercados internos. Posteriormente, com o melhoramento das estradas e a possível construção da Estrada de Ferro Mogiana, a produção vai ser impulsionada no interior, o que "estimulou o aumento das exportações e aperfeiçoamento do plantel do gado goiano" (Chaul, 2002, p. 123).

Mais tarde, foi implantada a Lei de Terras de 1850, nesta os legisladores achavam que, se a terra fosse vendida e não mais concedida

mediante sesmarias seria mais valorizada, pois passaria a representar riqueza. Em virtude disso passaria também a ser explorada racionalmente, além de tornar mais desejável o uso produtivo do solo. Esperavam ainda que com o aumento dos preços da terra, o sistema de produção melhoraria, tornando-se mais eficiente, auxiliando a eliminação da monocultura e forçando os proprietários a desistirem de seus hábitos rotineiros e a procurarem melhores métodos. Assim, a propriedade da terra passou a significar poder econômico e, aliado a ele os fazendeiros (ou latifundiários) obtinham, diante da sociedade prestígio social.

"A fim de regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e os novos conceitos de terra e de trabalho, diversas leis importantes foram decretadas em diferentes países durante o século XIX". (Costa, 1999, p. 170). No Brasil, o período que se estendeu da Independência a meados do século XIX foi abolido o sistema sesmarial, devido o príncipe D. Pedro I ter encontrado várias irregularidades. No entanto, "não se criou nenhuma outra forma para resolver o problema da estrutura fundiária brasileira e, abolido formalmente o sistema de doação de sesmarias, a posse restou como única forma de aquisição de domínio de terra" (Alencar, 1993, p. 25). Somente, no ano de 1850 que o Governo Imperial demonstrou interesse em resolver esse problema, criando a Lei de Terras nº 601, a qual proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses ou doações.

O Governo Imperial instalado no Brasil em 1822 não demonstrava interesse em resolver o problema da terra. Nesse período, a posse de terras deu oportunidade ao trabalhador rural e ao pequeno proprietário fixar-se num pedaço de solo e, a partir daí formar enormes fazendas. Ficando, a legislação que trata dessa questão relegada a segundo plano até o ano de 1842, quando o assunto foi discutido no Conselho de Estado e só apresentado à Câmara dos Deputados no ano seguinte. Das decisões deste projeto surgiu a Lei nº 601, de 01 de setembro de 1850.

A preocupação em criar leis que regulamentassem a terra "inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso a terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que eles fossem compelidos pela escravidão". (Costa, 1999, p. 176). E, como a escravidão começava a sofrer seus primeiros colapsos era necessário encontrar uma outra forma de adquirir mão-de-obra. Portanto, a perspectiva da abolição do trabalho escravo reforçava, também, a

necessidade de uma regulamentação das condições de acesso à terra, para impedir que os libertos da escravidão, se transformassem em pequenos proprietários e constituíssem, com isso, uma ameaça ao modelo fundiário, que até então, vigorava no Brasil. Por outro lado, a legalização das terras brasileiras garantiria lucros, os quais seriam aplicados na medição de terras devolutas e na importação de colonos estrangeiros, os quais serviriam de mão-de-obra.

Segundo a Lei de Terras de 1850, ficava proibido a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra, ao mesmo tempo garantia as posses daqueles que estavam efetivamente ocupados com o manejo intensivo de práticas culturais. A aplicação da política de terras em Goiás, assim como no restante do país, surtiu efeito muito pequeno durante todo o Período Imperial, pois para que as terras públicas pudessem ser postas à venda, deveriam ser realizados os trabalhos de demarcação e subdivisão dos lotes. Para isso, as autoridades municipais foram encarregadas de prestar informações sobre a situação legal das terras sob sua jurisdição. O problema é que faltavam verbas para executar tais trabalhos e colocar a lei em prática.

Portanto, como não ocorreu demarcação e nem subdivisão de lotes em Goiás, devido as dificuldades financeiras do Governo Municipal, também não chegou a haver venda de terras devolutas em hasta pública, como a lei previa. O que se teve foram poucas vendas por solicitação do interessado. Isso deve-se a vários fatores, como exemplo: a falta de interesse do proprietário em adquirir mais terras pela via legal, o alto preço dessas terras, a falta de fiscalização por parte das autoridades provinciais e do Governo Central e as dificuldades técnicas. Podemos dizer que esses fatores levaram ao insucesso a venda de terras públicas em Goiás. Assim, a lei continuava sendo burlada e as terras devolutas simplesmente ocupadas quando exigia a expansão da atualidade econômica. Em um relatório provincial, foi possível perceber que o 1º Vice-presidente Exmo. Srº Drº Theodoro Rodrigues de Moraes escrevia ao Governo Imperial e pedia para

> facilitar as vendas das terras públicas sem audiência do Governo Geral – eis uma medida de muito alcance para o desenvolvimento agrícola e pastoril desta província. Aquela audiência desanima o comprador, ele prefere continuar como posseiro ou como intruso." (Memórias Goianas – 13, p. 238-239).

Na segunda metade do século XIX, foram dadas informações a respeito da existência de terras devolutas em diversas paróquias da Capital:

> em Mossâmedes havia grande extensão de terras devolutas de extensão ignorada; na Paróquia de Ouro Fino há uma mata muito boa para todo o gênero de cultura, na margem esquerda do Rio Uru com 11 léguas de comprimento por 6 de largura. Também em Curralinho, Anicuns e Rio Claro havia terras devolutas, porém de área ignorada. (Alencar, 1993, p. 33).

Ainda, segundo Alencar, não foram encontradas referencias a respeito das outras paróquias da Província, o que revela um total desconhecimento a respeito da realidade da situação fundiária por parte das autoridades locais, provinciais e do Governo Central.

Igualmente complexo foi o trabalho da revalidação das propriedades e legitimação de posses. Estas eram tarefas muito difíceis, pois frustravam os interesses e ambições dos fazendeiros da região por terem que gastar dinheiro com medições e registros de suas terras. Como relatou o 1º Vice-presidente Exmo. Sr. Dr. Teodoro Rodrigues de Moraes da Província de Goiás, quando nos informou que,

> as terras adquiridas por posses ou por sesmarias e outras concessões, sujeitas aquelas a legitimação e estas à reavaliação, continuavam, com raríssimas exceções, na mesma situação em que se achavam quando veio a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. (Memórias Goianas 13, p. 238-239).

Outro aspecto do problema se relacionava aos pequenos proprietários. Para eles o custo da medição excedia o da terra e, muitos por tão pobres, não tinham como fazê-la. Com tudo isso, percebe-se que as autoridades municipais encarregadas de executar tais trabalhos revelaram-se despreparadas para a tarefa de execução da lei, já que o trabalho de medição e legalização das terras goianas, eram maiores que as expectativas.

Recorrendo mais uma vez aos trechos da pesquisa de Alencar sobre a estrutura fundiária de Goiás, observou-se que:

> Pelo regulamento 1318 de 30 de janeiro de 1854, que diz respeito à aplicação da Lei de 1850, ficou estabelecido que todas as terras possuídas no território nacional, sob quaisquer títulos, seriam obrigadas à registro dentro dos prazos fixados pelos Presidentes da Província. Aos vigários de cada Paróquia coube receber as declarações e anotá-las em livros especialmente abertos para tanto e, depois remetê-los a repartição Geral de Terras Públicas – daí o nome de Registro Paroquial dado a estes documentos. (1993, p. 58).

Na capital de Goiás, foram selecionadas por Alencar quatro paróquias para fazer um levantamento do prazo para registro das terras e, através desse levantamento foi possível perceber que o número de abstenções em relação aos registros, foi relativamente pequeno. As paróquias escolhidas foram: Santana de Goiás, Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino, Nossa Senhora do Rosário da Barra e a de São José de Mossâmedes. Nessas "quatro paróquias, entre 265 proprietários de terras, apenas 22 deixaram de fazer o registro, findo o terceiro prazo" (1993, p. 58).

Diante dos dados, observa-se que muitos proprietários de terra procuraram os cartórios paroquiais para registrar sua propriedade. Mas como são dados relacionados a algumas paróquias, não é possível uma análise a nível estadual. Numa visão mais genérica, pode-se concluir que alguns deixaram de fazer os registros por não terem como pagar a taxa imposta pela lei, outros por não interessarem na legalização de sua propriedade fundiária. Pôr o registro ser muito caro havia, também, uma economia de palavras, o que resultou na suspensão de dados importantes referentes à localização, identificação e limites de propriedades. Há indícios que o Ministério da Agricultura queixava-se da irregularidade e desarmonia dos relatórios que lhes eram remetidos para prestar-lhes informações sobre a situação fundiária de Goiás. Este fato pode também ser explicado de uma outra maneira, não registrar os limites da propriedade em Cartório Paroquial era uma maneira de os proprietários poderem a qualquer hora, aumentar sua propriedade rural, simplesmente com a mudança da cerca.

Analisando outros dados sobre a Estrutura Fundiária em Goiás, foi possível perceber que:

> com relação ao número de propriedades por indivíduo, nota-se que, nas paróquias da antiga capital, o número de propriedades e de proprietários era praticamente equivalente. Em outras palavras: 92% dos proprietários de terras possuíam, registrada em seu nome, apenas uma propriedade. Indivíduos com duas ou mais propriedades eram casos excepcionais, havendo apenas uma pessoa com três propriedades e uma com seis propriedades. Trata-se, neste último caso, do Sr. Joaquim Vicente Azevedo, que tornou por posse, desde 1839, terrenos minerais na Paróquia de Ouro Fino. Os Caiados possuíam, segundo registro, dois imóveis rurais: os sítios Santa Tereza de Jesus e Candis, ambos também em Ouro Fino. (Alencar, 1993, p. 59).

Não há assim, evidência de concentração de propriedade territorial nas quatro paróquias pesquisadas, no município da Capital. Entretanto, aqui nos parece válido sustentar que nem tudo era levado a Registro,

visando interesses políticos e particulares, isso provavelmente ocorreu porque contavam com a conivência dos funcionários encarregados da fiscalização. Na verdade, a Lei de Terras de 1850 esbarrou em Goiás, como uma realidade socioeconômica que em alguns casos tornou-se inviável. Dedicados à pecuária extensiva, à lavoura de subsistência, os proprietários goianos não tinham interesse em legalizar suas terras da forma prevista pela lei. E, com isso, a República herdava uma situação fundiária tão crítica quanto a que o jovem império havia herdado da Colônia. Sendo que uma das primeiras providências da Constituição Republicana de 1891 foi passar para os Estados da União a responsabilidade sobre as terras devolutas em seus territórios.

No Estado de Goiás, não a tardou a ser publicada Leis Estaduais de Terras, as de nº 28, de 19 de julho de 1893 e de nº 134, homologada em 23 de junho de 1897. A primeira teve vida curta e, no ano de 1897 foi substituída por outra mais minuciosa, e que teve longa vigência, apesar de ter sido constantemente burladas nos aspectos que não interessavam aos grupos representados no poder.

Portanto, percebe-se que ao longo dos anos da existência de Goiás, seja no Período Colonial, Imperial ou Republicano, sua estrutura fundiária tornou-se em vários aspectos, inviável, devido, principalmente, as condições socioeconômicas que causavam na maioria das vezes a impossibilidade de aplicar a lei. Sem contar que, a elite territorial goiana contribuiu, também, para o fracasso da política de legalização de terras, as quais acabaram se transformando em letra morta.

Capítulo 2

OURO FINO: HISTÓRIA E MEMÓRIA

2.1 A visão dos viajantes sobre Ouro Fino no início do século XIX

Os viajantes que passaram por Goiás com seus olhares repletos de processos europeus só conseguiram vislumbrar aqui a decadência, que para eles era comum a todos que aqui viviam. Goiás passou a ser visto como uma sociedade que parecia não possuir o mínimo necessário para existir devido

> sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça. Os relatos deixaram implícito que Goiás precisava de mão-de-obra produtiva, de trabalho livre, de substituição de ócio pelo negócio. Goiás carecia de povoamento, de gente para produzir, de capital e desenvolvimento. (Chaul, 2002, p. 41).

Sabe-se que Goiás era totalmente diferente da terra dos viajantes e, as idéias que tiveram do Sertão Goiano, se divergia ao extremo dos padrões europeus de modernidade, progresso e ética impossibilitando terem uma visão real. Na verdade, seus habitantes não sabiam contornar as conjunturas que aprofundaram as crises advindas da mineração e, na visão principalmente dos viajantes era adotada uma idéia de conformismo, de ócio. Os viajantes, porém, não tiveram uma visão mais ampla do contexto geral da sociedade e da economia de Goiás, muito menos da cultura local. Para os goianos, esse momento não estava sendo muito diferente do período anterior. A província continuou isolada como antes fora e o que podia ser chamado de progresso e/ou desenvolvimento não fazia parte da nossa realidade.

Devemos entender que seus relatos estão carregados de latências e, o que está latente, obviamente não está evidente, mas motiva a sua leitura de forma que passamos entrever o subentendido, o oculto. Na verdade, o que aconteceu foi um choque entre duas culturas completamente diferentes, pois uma pessoa culta, vinda de uma sociedade europeia, que passava pelo processo de industrialização e renovação dos antigos padrões de vida, ao se deparar com o interior de Goiás, que começava a se organizar após um período de euforia provocada pelo ouro, seguida da retração econômica,

realmente a impressão que vão ter é de "atraso" que para Saint-Hilaire, entre outros, foi provocado pela decadência da mineração.

Acontece que, nem no período do auge da extração aurífera e nem depois, a nossa sociedade pode ser comparada aos padrões de vida da Europa, e isso, eles não conseguiram perceber e se perceberam não relataram. Enfrentamos sem dúvida uma problemática que situa entre a memória dos viajantes e a história propriamente dita, pois

> Maurício Habbwachs, ao analisar de forma detalhada a memória e suas dimensões individual, coletiva e histórica, estabelece uma nítida distinção entre história e memória. Os aspectos considerados por Habbwachs podem ser assim expostos: enquanto a memória é múltipla, a história é uma...; por outro lado, a memória trabalha com o vivido, o que ainda está presente no grupo, enquanto a história trabalha e constrói uma representação de fatos distantes (Montenegro, 1994, p. 17).

Vale destacar, mais uma vez, que os relatos e imagens transcritas pelos viajantes europeus que passaram por Goiás no século XIX, se fundamenta no que foi observado e vivido por eles. As lembranças e amarguras registradas tanto pelos viajantes quanto pelos presidentes da província, proporcionaram aos futuros historiadores uma visão de decadência pois, ao resgatarem o passado absorveram dos antigos documentos, relatórios de presidentes e literaturas de viagens este perfil de decadência sem ao menos se posicionar de forma crítica diante das fontes.

As memórias de viagens revelam o olhar do observador contemporâneo, desta forma, nossa sociedade passa nesse momento por um processo de comparação de suas impressões sobre o outro. Saint-Hilaire, por exemplo, registrou que

> os prédios públicos aqui existentes não se tratava dos enormes edifícios que se vêem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez... essa cidade não pode ser propicia aos homens de nossa raça. Essa é uma razão porque os habitantes de Vila boa estão longe de apresentar uma aparência de saúde, de vigor e energia (1975, p. 51).

Assim, não é de admirar que os viajantes estrangeiros tenham ajuizado o interior de Goiás inadequadamente. No entanto, a de se levar em considerações que suas exposições narrativas são de suma importância para a historiografia goiana, mas devemos nos ater as condições sociais em que os relatores estavam inseridos, para não cometermos erros, pois tinham uma visão europeia a qual estava bem à frente da nossa cultura. Na verdade,

o que os viajantes esperavam encontrar no interior era uma sociedade bem diferente "devido ao esplendor da mineração, mas se depararam com uma província, onde a crise imperava em todos os aspectos" (Chaul, 2002, p. 51).

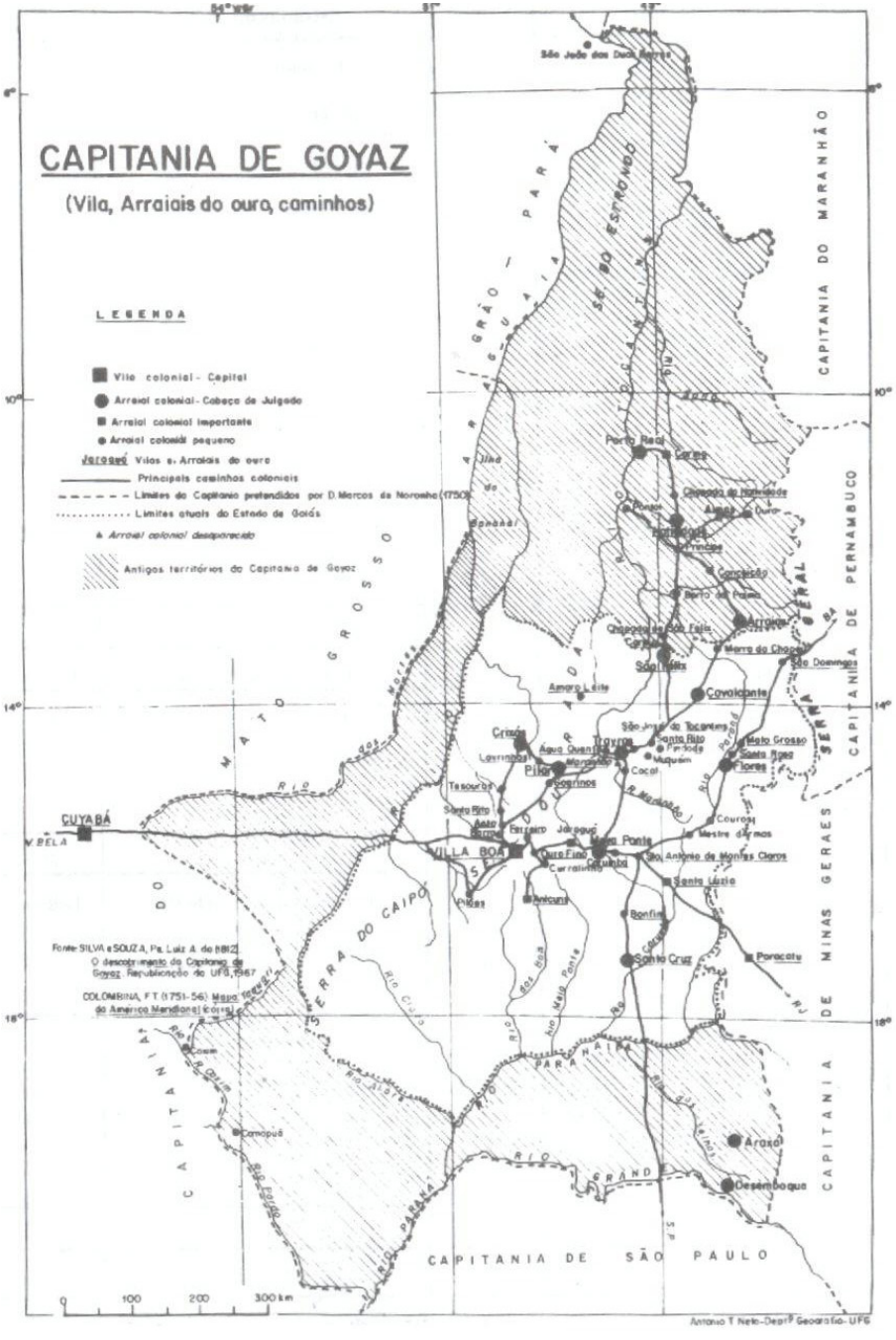
É justamente nessa perspectiva que pretende-se analisar a visão dos viajantes estrangeiros, registrada sobre Ouro Fino. Contudo, foge dos propósitos elencados, afirmar que no início do século XIX o arraial não passou por um processo de retrocesso econômico e social. O que chama a atenção, é que Ouro Fino até então, nunca tinha vivido momentos de esplendor relacionado ao progresso ou a urbanização. E se assim foi, como poderia o arraial se encontrar em processo de decadência, se nem mesmo a grandeza, a suntuosidade ele conheceu?

O Caminho Geral de Goiás passava por Ouro Fino, de forma que todos para chegar a Vila Boa tinham que atravessar esta pequena "cidadezinha" (Pohl, 1.976, p. 120). Na verdade, atravessavam vários outros arraiais e vilas, pois em função dos primeiros anos da turbulenta mineração em torno de Vila Boa, surgiram várias povoações, como pode ser observado na Figura 1.

A maioria dos viajantes registrou algo sobre Ouro Fino. Na verdade, eles queriam deixar claro em seus relatos o abandono em que o arraial se encontrava no início do século XIX. Saint-Hilaire, em sua passagem por Ouro Fino registrou que:

> O arraial deve sua origem ao ouro e o seu nome a boa qualidade do ouro extraído ali. E como atualmente só existe minas nos morros vizinhos e, devido a falta de água sua exploração se torna impraticável. Ouro Fino apresenta agora um aspecto de triste decadência. Todas as casas estão semi-arruinadas e, várias delas se acham desabitadas. Sua igreja, filiada a Paróquia de Vila Boa, não tem melhor aparência que as casas. As poucas pessoas que ainda se vêem nesse pobre arraial vivem de um modesto comercio de porcos e da magra renda de algumas vendinhas miseráveis (1.975, p. 48)

Figura 1: Mapa da Capitânia de Goyaz (Vila, Arraiais do ouro e Caminhos)



Fonte: Palacin, 2001: 126

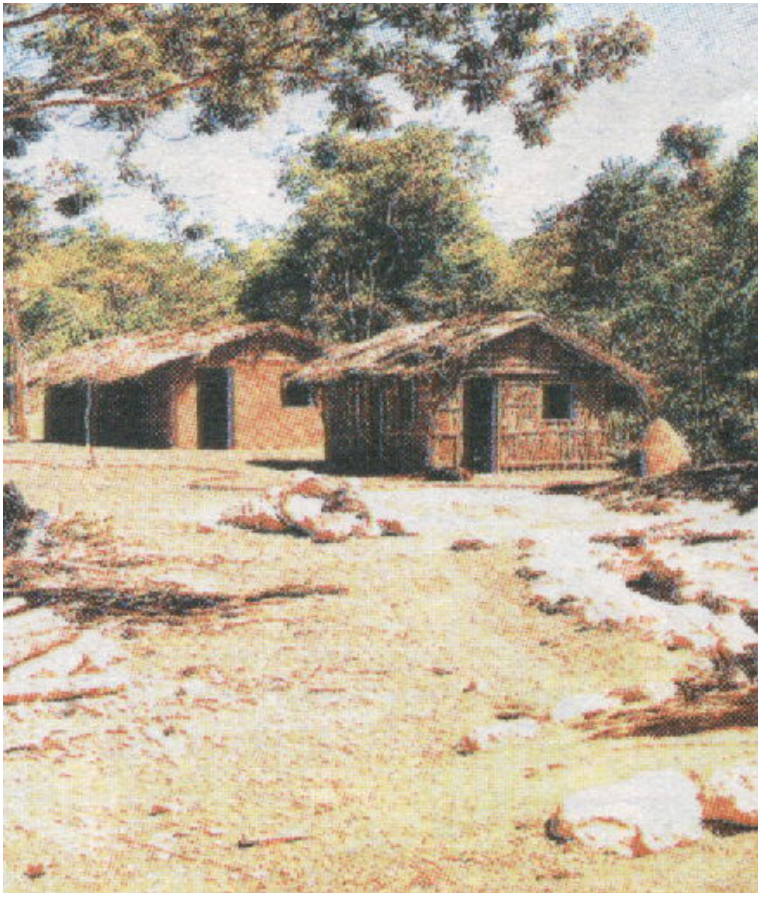
Esse relato permite-nos observar que Ouro Fino passava realmente por uma crise, assim como toda a Província de Goiás naquele começo de século. O que Saint-Hilaire quis dizer, quando informou sobre a triste decadência que Ouro Fino se encontrava devido as casas estarem semiarruinadas e desabitadas? Sabemos que este arraial nesta época era um simples povoado que se edificou com a descoberta do ouro. Com isso, apresentava características simples e, o que para Saint-Hilaire era sinônimo de ruínas, de decadência, para os seus moradores eram suas residências. Vila Boa também, não foi considerada uma cidade suntuosa, simplesmente por ser a capital da Província, pelo contrário, foi tida pelos viajantes como uma cidade pequena e mesquinha. No entanto, estes mesmos viajantes não foram capazes de compreender que a sociedade que se formava aqui no sertão era bem diferente das características urbanas da Europa, sendo esta uma civilização milenar.

Pohl, em sua viagem pela Capitania de Goiás por volta de 1819, fez também algumas referências sobre a 'cidadezinha de Ouro Fino', quando por lá passava. No seu relato, assim como no de outros, é possível perceber a situação precária das estradas do interior, inclusive a do Caminho Geral de Goiás, e como a viagem se tornava desagradável devido aos contratempos (encontrados) ao longo do percurso, como por exemplo, não ter pousadas pelos caminhos. Isso pode ser observado em seu relato ao chegar em Ouro Fino:

> Encontramos os ranchos já ocupados e nenhum outro abrigo achamos, a não ser uma casa que há vários anos se achava por terminar, e cujo péssimo telhado nos protegia mal da chuva incessante. Além disso, fomos perturbados por vacas e porcos que procuravam abrigar-se da chuva junto a nós. (1976, p. 120)

Em seu primeiro pernoite no arraial de Ouro Fino, Pohl, pôde então manifestar sua insatisfação com o local, devido ao desconforto que o esperava até o romper da aurora, e então o descreveu como um lugar abandonado, composto por "cabanas semi-arruinadas, onde permaneciam cerca de oitenta famílias negras. A igreja parece por fora tão miserável quanto às demais casas, mas conserva, por dentro, vestígios do extinto esplendor." (1976, p. 120)

Figura 2: Representação de supostos ranchos.



Fonte: Almanaque do O Popular. Edição nº 781: 2003.

No que se refere ao aspecto dessas habitações, se deslocarmos nossa perspectiva um pouco além da ótica dos viajantes e de uma bem enraizada perspectiva eurocêntrica, podemos identificar nos arraiais que se formaram do dia para noite no período de euforia da mineração, que os ranchos e/ou as casas simples construídas tiveram vantagens funcionais para os mineiros, pois poderiam ser facilmente construídas, usando materiais disponíveis na região e, se deixadas para traz não teriam grandes perdas. Essa arquitetura, com o passar do tempo, tomou outros rumos e novas técnicas foram empregadas em construções mais duradouras, com o intuito de fixarem raízes no sertão.

Cunha Mattos, também, percorreu o Sertão Goiano e, a pedido do Imperador D. Pedro I, descreveu a Província de Goiás em 1824, em um

documento que ficou conhecido como *Chorographia Histórica da Província de Goyaz* nela se encontra apreciadíssimas anotações, dentre elas, aspectos gerais de Ouro Fino, através da qual é possível identificar que na época tinha "60 casas em ruínas e uma Igreja dedicada a Nossa Senhora do Pilar, o arraial perdeu toda a sua importância depois da ruína das pontes dos rios Uru e Almas; há aqui uma companhia de ordenanças ..." (1875, p. 53-54).

A partir desse conjunto de informações e em uma época que a Província de Goiás, ainda, não conhecia o progresso, ter um arraial com uma média de sessenta casas, sejam elas em ruínas ou não, significa que era um local até populoso se relacionado a outros arraiais do período, muito dos quais deixaram de existir com o fim da mineração. Quanto ao isolamento de Ouro Fino após a ruína da ponte do Rio Uru é possível que isso realmente, tenha influenciado na perda de sua importância por um certo tempo, até sua restauração. Isso com certeza, refletiu no cotidiano do arraial, já que muitos deixaram de usar o antigo caminho que levava até a capital da província. Um outro aspecto a ser observado se relaciona a "Companhia de Ordenanças" instalada no local, o que significa que ali tinha com frequência a presença da força militar na pessoa de soldados que cumpriam ordens de um superior hierárquico, certamente de Vila Boa.

Através de relatos mais recentes essa companhia funcionou até meados do século XX como um local reservado para guardar animais do quartel – ouso a imaginar que poderia ser a Cavalaria da Guarda Nacional –, servia também como um local para treinamento da Polícia Militar de Goiás.

Mediante as percepções que os viajantes tiveram ao percorrer o arraial de Ouro Fino, o que muitas das vezes os deixaram perplexos, percebe-se que não haveria de ser muito diferente do que foi descrito. A verdade é que para o sertanejo aquela vida simples era o suficiente, pois muitos deles não conheciam a modernidade dos grandes centros brasileiros na época e, muito menos a civilização europeia. Sendo assim, a falta de uma hospedaria, casas luxuosas, roupas elegantes, comidas diferentes, não faziam parte do cotidiano daquela gente. Até porque muitos dos que ali viviam, nesse começo de século, eram remanescentes de escravos, ou até mesmo escravos, os quais não tinham condições de levar uma vida melhor. Além disso, outros que tentavam a vida em Ouro Fino, experimentavam a substituição da economia mineradora pela agropecuária ou comércio.

2.2 Ouro Fino: a transformação da sua paisagem no século XIX

"O antigo povoado de Ouro Fino é um dos mais importantes sítios históricos da região da grande Vila Boa, testemunhando mais de dois séculos de nossa história." [1] Entretanto, do pequeno arraial edificado nas primeiras décadas do século XVIII, período de descobertas de metais e pedras preciosas, nada mais resta, a não ser suas ruínas. Foi abandonado por volta de 1960 e, hoje o local onde ele existiu é um testemunho mudo do passado, existindo apenas na memória das pessoas e nas ruínas que ainda restam. Na verdade, Ouro Fino tornou-se uma enorme pastagem, e a vegetação rasteira vai tomando conta de tudo, trazendo um ar de intenso mistério, misto de aventura e descoberta.

Ouro Fino se encontra cerca de 18 quilômetros da Cidade de Goiás, saindo pela GO-164, sendo que, hoje da antiga estrutura arquitetônica formada no arraial só se encontram vestígios de alicerces, muitos deles soterrados. Os paredões da Igreja de Nossa Senhora do Pilar é uma mistura de mistério e história. O cemitério, ao lado da Igreja, se encontra abandonado e o cruzeiro que foi erigido de frente à igreja clama por socorro. Com relação as demais construções se vêem quintais completamente abandonados.

Em uma pesquisa arqueológica realizada em Ouro Fino foi possível identificar em linhas gerais, que a organização urbana do arraial é bastante semelhante ao que tem se apontado para o caso de Vila Boa, a antiga sede de Capitania pois, em um estudo arqueológico sobre a Província de Vila Boa, do século XVIII, Coelho,

> verificou que seu núcleo urbano passou por um processo de crescimento espontâneo, se constituindo com um traçado, com as casas tendendo a se agrupar ao longo de intensas ruas que davam seguimento às estradas que passavam pela vila, o que lhe deu uma conformação linear, intercalada por largos e becos. Em menor escala, parece ter sido esse também o caso de Ouro Fino. (Souza, 2000, p. 125).

A partir da análise de dados arqueológicos sobre Ouro Fino, Souza (2020) pode identificar a formação de uma praça delimitada pela Igreja de Nossa Senhora do Pilar e o cemitério em anexo, pelas estruturas do Seminário Episcopal e pelos alinhamentos de alicerces nas laterais da praça, apontando a existência de duas ruas. Diante desses elementos, ali chegou à

1 SOUZA, Marcos André Torres. Ouro Fino: Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII em Goiás. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Goiânia, UFG. 2000

hipótese que em fins do século XIX, havia casas ao longo dessas duas ruas, sendo uma delas a Rua Direita. Conforme informou em sua pesquisa, só seria possível ter "uma identificação precisa da localização das casas e ruas do arraial por meio de plantas antigas, inexistentes para o caso de Ouro Fino, ou escavações extensivas em amplas áreas." (Souza, 2000, p. 120).

Também em uma reportagem da Revista Terra Goyá, foi publicado que

> Ouro Fino, sem dúvida é o lugar que hoje mais chama a atenção. O garimpo começou ali em 1726, a mando de Bartolomeu Bueno da Silva. A religiosidade da época logo fez com que se erigisse a Igreja de Nossa do Pilar. A tradição cuidou de separar terra para o "campo santo", o cemitério, bem ao lado. E a necessidade, trouxe as casas dos garimpeiros... Sabe-se que, por perto da igreja, havia pelos menos treze ruínas de casas que, segundo também comentários, foram "aradas" com o restante da mata, para plantio de capim. O boi que chegava foi mais forte que a História (1996, p. 10).

É uma pena que o governo da época não tenha dado mais atenção a esse vilarejo. Ouro Fino, em fins do século XIX, teve uma transformação em sua paisagem urbana. Muitas famílias da elite goiana construíram casas de veraneio, a Diocese de Goiás instalou lá um Seminário Episcopal e o quartel da capital reativou sua Companhia de Milícias para continuar prestando serviços àquela comunidade, e isso contribuiu para a reurbanização do arraial, transformando-o em uma Colônia de Férias. Os anos se passaram e Ouro Fino foi novamente modificando sua paisagem e, sem nenhum planejamento governamental no sentido de dar assistência ao local e àqueles que viviam ali. Ele foi se transformando e adquirindo uma feição de ruínas e abandono e diante dessa tragédia, para com um patrimônio histórico-humano, muitos se deslocaram dali para outros lugares em busca de mais conforto e segurança, já que não mais oferecia isso.

Segundo moradores antigos da região, as terras do arraial foram aradas com o restante da mata para plantio de capim. Percebe-se que a nova atividade econômica que se iniciava na região, ocupou lugar de destaque em detrimento da preservação histórica e, com isso, o rastro do gado deixava para trás o brilho do ouro, dando lugar a extensas porções de pastagem. A pecuária proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e serviu de base para a ascensão plena da agricultura, pois, quando a mineração dava seus últimos suspiros, não restava outra coisa aos antigos centros mineradores. "Apossaram-se das terras, requereram sesmarias e procuraram legalizá-la valendo mais da posse do que da lei com intuito de

desenvolver uma agricultura básica que alimentasse a si e aos seus." (Chaul, 2002, p. 91). Não resta dúvida que Ouro Fino também passa por essa mudança em sua estrutura econômica.

As fotos que se seguem mostram as ruínas do glorioso arraial de Ouro Fino, hoje abandonado em meio a vegetação e predestinado ao esquecimento.

Figura 3: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Fino

Fonte: Arquivo pessoal/2003

Figura 4: Ruínas de uma casa abandonada nas cercanias de Ouro Fino

Fonte: Arquivo pessoal/2003

Figura 5: Cemitério de Ouro Fino abandonado

Fonte: Arquivo pessoal/2003

Figura 6: Alicerces de muros e paredes de antigas casas

Fonte: Arquivo pessoal/2003

Percebe-se que, o homem e as máquinas se encarregaram de apagar muitos dos vestígios de antigas moradas. Ouro fino é um reflexo desse episódio histórico, talvez pelo medo de que se as casas estivessem ainda de pé o arraial poderia, novamente, ser povoado, e isso os fazendeiros não queriam. As terras de Ouro Fino até a primeira metade do século XX pertenciam ao Estado, mas como a aplicação da política de terras em

Goiás, assim, como no restante do país, surtiu poucos efeitos durante todo o Período Imperial e Republicano estas foram sendo anexadas as propriedades de fazendeiros vizinhos sem o menor problema na época. No Período Imperial o Exmo Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Morais, 1º Vice-presidente da Província de Goiás no ano de 1881, já alertavam o Governo Central sobre a dificuldade com relação a legalização das terras em Goiás, como podemos ver a seguir:

> facilitar as vendas de terras públicas sem audiência do governo geral – eis uma medida de muito alcance para o desenvolvimento agrícola e pastoril desta província. Aquella audiência desanima o comprador, elle prefere continuar como posseiro ou como intruso. E desta confusão do domínio privado com o domínio público, das diversas que devem por parte de muitos para se apropriarem de certo e determinado terreno, nascem essas lutas frequentes entre os lavradores, que se resolvem pelo bacamarte[2], a única sentença lavrada sobre as respectivas demandas! (Memórias Goianas 13, 201: 238).

Isso nos leva a refletir sobre a situação que se encontrava as terras públicas em Goiás no Período Imperial. Nem mesmo os presidentes da província conseguiam resolver os problemas, pois para que essas terras pudessem ser colocadas à venda, deveriam ser realizadas previamente os trabalhos de demarcação dos lotes a serem vendidos. O problema é que faltavam verbas para as autoridades municipais executarem o trabalho de colocar a lei em prática. Além disso, a burocracia que as autoridades do Governo Geral encaravam as vendas de terras, dificultava, ainda mais, tal processo.

Entretanto, a não legalização das terras, tanto no Império quanto na República, era mais vantajoso para o fazendeiro, pois assim ficava mais fácil de garantir o aumento de suas terras, simplesmente, com a mudança da cerca, já que os presidentes e governadores da província não conseguiram colocar em prática as leis de terras criadas durante o Período Imperial e Republicano.

Muitas vezes o silêncio absoluto, aliado ao descaso dos governadores era uma forma de preservar os antigos padrões de distribuição de terras. E, segundo depoimento da "Entrevistada F", em Ouro Fino, em meados do século XX, não tinha lei que impedia o apossamento de terras do Estado e, se tinha, não era colocada em prática, pois, alguns fazendeiros vizinhos do arraial,

2 Arma de fogo de cano curto e largo, reforçada na coronha.

> ... Acabar assim com um lugar histórico, deixar acabar tudo assim, devia era ter valorizado ao invés de deixar acabar... Ele foi fechando lá né, porque antigamente o povo ia entrando. Naquela época ninguém importava com isso, aí foi fechando. Nós é que fomos bobos, devia é ter mudado a cerca de lugar, se tivesse feito isso, hoje nós éramos donos de tudo isso aí na frente.

Convém dizer aqui que, muitas terras no interior, foram ampliadas pela usucapião[3], e muito delas, mais tarde tornaram-se propriedades particulares. Isso deve-se a ausência de fortes leis governamentais, o que vai permitir o surgimento de poderosas famílias interioranas proprietárias de vastos domínios territoriais, as quais tiravam proveito de sua condição social e econômica para se apossar cada vez mais de terras devolutas. Como pode ser observado através da fala da "Entrevistada F", a frustração da política de terras, também teve reflexos em Ouro Fino, pois as terras que pertenciam ao arraial, isto é, ao Estado, antes de seu desaparecimento, tiveram rumos diversos. Acredita-se, que os fazendeiros vizinhos acabaram se apossando dessas terras simplesmente com a mudança da cerca e, fizeram isto sem formalidades ou despesas com sua legalização. Para tanto, deixar em aberto a possibilidade de incorporação de novas terras era, com certeza, mais fácil. Quem sabe acreditavam que o silêncio absoluto e/ou a influência política na época os tornariam os futuros donos de Ouro Fino, que hoje, encontra-se invadido por cercas, as quais estão agredindo as ruínas da igreja e de antigas moradias.

Através do relato, acima citado, percebe-se o quanto o uso de fontes orais nos permite, por um lado, penetrar na percepção do processo histórico nos proporcionando materiais que de forma alguma, podemos obter com os plácidos papéis arquivados. Estas "permitem ao pesquisador revelar fatos esquecidos ou renegados, cujos pontos de vista e valores são descartados pela história vista de cima" (Burke, 1982, p. 165), enriquecendo o volume de conhecimentos historiográficos e, além disso, abre possibilidades muitas vezes inesperadas à própria pesquisa. O papel das fontes orais é, obviamente, fundamental, pois em muitos casos elas suprem a insuficiência e/ou inexistência de fontes arquivistas, sendo uma alternativa imprescindível para fazer história.

Ouro Fino, que outrora originou-se com a mineração de ouro, desenvolveu-se com o passar dos anos. Mas, com o fim da mineração, o arraial perdeu a importância dos tempos de esplendor aurífero e, deu

3 Modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta desta, por certo tempo.

lugar a moradia de algumas "famílias negras, as quais habitavam cabanas semi-arruinadas" (Pohl, 1976, p. 120) e, outras "poucas pessoas que ainda viviam nesse pobre arraial de um modesto comércio de porcos e da magra renda de algumas vendinhas miseráveis". (Saint-Hilaire, 1975, p. 48). Acrescenta-se a estas atividades a presença de pequenos agricultores. Muitos deles só iam ao povoado nos fins de semana. Diante disso, a partir das primeiras décadas do século XIX, assumiu uma feição mista de casas e ruínas. E, apesar do declínio econômico que atingiu não só Ouro Fino, mas toda a Província, na segunda metade do século XIX, voltou a florescer e com o decorrer do tempo tomou notável incremento,

> estimulado pela construção da Casa de Férias do Seminário de Goiás – antiga Vila Boa, e por uma mentalidade campestre, bem diversa dos tempos da mineração, quando nele foram construídas novas casas, destinadas ao veraneio de muitas famílias da elite de Goiás. Após o fechamento do seminário, já no século XX, passou a se esvaziar, até que foi definitivamente abandonado. (Souza, 2000, p. 146).

A sede campestre do Seminário Episcopal de Santa Cruz foi criada no ano de 1892 em Ouro Fino, com objetivo de levar os seminaristas durante o período de férias, para desfrutar do bom clima do arraial, o que era bem mais agradável e saudável do que o de Goiás. Sem contar que, a vizinhança era composta por pessoas "hospitaleiras e que recebiam a todos com muita alegria e satisfação" (Britto, 1982, p. 206), tornando o local, ainda, mais agradável. Nesse período de férias em que estudantes e seminaristas se dirigiam ao arraial, este deveria ser frequentemente visitado pelos seus pais que possuam casas no local e, por solenidades religiosas e políticas que para lá voltavam seus olhares de satisfação devido à tranqüilidade que o glorioso arraial trazia a suas mentes.

Ao assumir novas características urbanas, Ouro Fino passa a simbolizar um ambiente agradável e sugestivo ao descanso. Como disse Camillo Sitte, "uma cidade deve ser construída para tornar o homem ao mesmo tempo seguro e feliz". (In.: Bresciani, 1993, p. 07). A imagem urbana projetada em Ouro Fino, provavelmente se relaciona com as características culturais sedimentadas no período em que o pequeno povoado se erigiu, isto é, período da mineração. Portanto, sendo ele uma imagem urbana do complexo econômico e social de seus primeiros tempos, devemos concordar com Ferrara, quando ela escreveu que,

> as transformações econômicas e sociais deixam, na cidade, marcas ou sinais que contam uma história não verbal pontilhada de imagens, de máscaras que tem como significado o conjunto de valores, usos,

> habitats, desejos e crenças que nutriam, através dos tempos o cotidiano dos homens. (1990, p. 03)

Em Ouro Fino, é visível o processo econômico que o originou, pois ali apresenta inúmeras grotas testemunhando atividades de lavagem de cascalho, algumas chegando até os limites urbanos do arraial. Além disso, as ruínas da antiga Igreja de Nossa Senhora do Pilar representam a religiosidade dos seus antigos moradores. A lembrança do período de esplendor aurífero está presente na memória daqueles que ali viveram e que se orgulhavam ao contar esta história para seus conterrâneos de forma que, no futuro, não fosse esquecida.

Não há dúvidas que as transformações econômicas e sociais deixam marcas ou sinais nas cidades. Deve ficar claro que a origem das cidades se relaciona com as atividades econômicas nelas desenvolvidas. Desta forma, suas origens são das mais diversas, se relacionadas aos seus mercados. Surgindo, com isso, em cada região um tipo social diferente, que conviverá com hábitos, valores e crenças variados de acordo com sua cultura.

"Nas regiões mineradoras o espaço urbano aberto mais comumente encontrado vai ser o largo, que se estabelece em locais estratégicos na malha urbana, tendo geralmente uma conformação irregular." (Coelho, 1997, p. 184). De um modo geral, as praças e/ou largos tiveram suas características próprias e eram utilizadas como ponto de encontro, de organização de mercados e em frente sempre era construído uma igreja ou edifício público. Eram nesses lugares que realizavam todos os tipos de manifestações e de festividades, tanto religiosas quanto profanas.

Segundo argumentação de Souza em sua pesquisa sobre a arqueologia histórica de Ouro Fino, existiam habitações "em torno da praça, onde residiam os donos das minas" (2000, p. 121). Ele também descreve que, após ter analisado os materiais recolhidos, verificou

> que o arraial no século XVIII era organizado em torno de uma praça central, com um traçado muito parecido com o dos seus últimos momentos, referentes a meados do século XX e que tem como testemunho algumas estruturas ainda visíveis acima do solo (2000, p. 23).

Existem evidências de que a praça era um espaço de encontro daqueles que lá viviam, por terem encontrado durante a pesquisa arqueológica, fragmentos de cachimbos nas proximidades do largo. Talvez esses objetos fossem utilizados num momento de descontração e, podiam até expressar o nível de sua condição e prestígio social nos infinitos bate-

papos que provavelmente aconteciam no largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Passado os anos, este largo continuou sendo um local de referência em Ouro Fino, pois as festas religiosas sempre aconteciam na frente da Igreja, como lembrou o Entrevistado A:

> Quando juntava as filas na frente da Igreja, lá no cruzeiro, cruzava as bandeiras. Cruzava as duas uma na outra, aí então tinha aporfia, cantar né, disputar... para ver quem cantava melhor a Catira... Ficava aquele pedaço de dia. As vezes a gente estava no sol quente, aquele povo lá cantando no pé do cruzeiro, lá no largo. Aí é que acabava [...]. Na época da Festa do Divino tinha missa. A festa começava depois da missa. Tocava sanfona, violão [...]. Tinha uma praça grande na frente da Igreja, lá que acontecia a festa.

Interessante notar que o espaço da praça ajuda construir a paisagem urbana e que os acontecimentos mais importantes da pequena "cidadezinha" estavam ligados ao largo em toda sua existência. Ele era o palco das representações culturais e sociais e, assim, conseguiu cumprir seu papel ao proporcionar alguma forma de lazer para as pessoas que para lá se dirigiam. Durante o ano aconteciam no Largo de Ouro Fino, festas religiosas como: a Festa de Nossa Senhora do Pilar, padroeira do arraial; do Divino Espírito Santo; de São Sebastião; e de Santos Reis, as quais eram famosas e recebiam pessoas devotas das cercanias do arraial e de cidades vizinhas.

Numa época em que não havia outras formas de divertimento, estas festas religiosas eram procuradas por muitos que, não mediam esforços para se deslocarem até o arraial. E para impressionar ainda mais, após as solenidades e missas, tinha a apresentação da Banda de Música (Figura 7), do lado de fora da Igreja. Não se sabe ao certo se esta Banda era do Seminário de Ouro Fino ou da Companhia de Milícias.

Nesse momento de festividades religiosas conseguiam reunir um grande número de pessoas nos arredores do largo, sendo este um momento de interação da comunidade. Percebe que a religiosidade estava presente na vida dos moradores do arraial, e estes faziam questão de realizar todos os anos essas festas religiosas, os quais se alegravam com a chegada da vizinhança.

Figura 7: Banda de Música de Ouro Fino

Fonte: Marco Antônio Veiga de Almeida

Em algumas ocasiões, mulheres impregnadas de fé e devoção carregavam, num ato solene, o andor de São Sebastião no largo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (Figura 8), com o intuito de render homenagens ao santo, que, para os moradores, era milagroso. Muitos eram aqueles que faziam promessas e votos atribuindo, através da religiosidade, poderes à São Sebastião. Inicialmente, a Festa de São Sebastião acontecia na Igreja de Ouro Fino e somente depois de sua ruína que "os padres passaram a organizar anualmente no primeiro domingo de setembro, ocasião propícia para as ofertas, que são depositadas em locais apropriados" (Anexo 1).

Figura 8: Devotas de São Sebastião carregando o andor.

Fonte: Marco Antônio Veiga de Almeida

Faz parte da memória, ainda lúcida, do Entrevistado A, as festas religiosas que aconteciam em Ouro Fino. Ele lembra com emoção do período que foi encarregado da Folia de Santos Reis, da Festa do Divino, além de informar-nos, também, um dos festeiros que promoviam as festas, quando falou-nos que:

> Lá tinha Folia dos Santos Reis, Folia de Ouro Fino. Então os moradores de lá pôs folia e então eu era o encarregado da folia que girava para as fazendas, tirando esmola, lá no Ouro Fino [...]. A folia tinha a época certa, uma vez por ano tinha missa. O padre, ia para lá para celebrar a missa. Tinha a Igreja, Igreja boa [...]. Ajuntava aquele povão na Festa do Divino, dançava lá. Eu gostava da festa, era um povo amigo. O povo bebia muito, muita cerveja, pinga né, mas não é como hoje não. Então, foi na Festa do Divino. Tinha o baile lá na casa do festeiro, [...] na casa de Totó Mariano era uma fartura, matava leitoa, matava vaca. Precisava de vê como que era. Ele era festeiro, era o juiz de lá, então ele é que era o dono... mandava em tudo lá. Fazia aquela festona, todo mundo comia à vontade.

Assim, o que nos resta é compreender que o panorama cultural de Ouro Fino deixado pelos antigos moradores são fontes importantes para se levantar um esboço historiográfico do espaço urbano e cultural de uma comunidade, a qual no passado teve um significado na vida de muitos e deixou marcas profundas que hoje estão registradas nas lembranças de poucos.

Quando o Entrevistado A, faz referência à pessoa de Totó Mariano como sendo o juiz de Ouro Fino, parece-nos importante registrar algo sobre este e sua família que tantos e tão assinalados serviços prestou àquela comunidade. O casal Antônio Teixeira dos Santos (Totó Mariano) e Rita Sérgio Lacerda dos Santos (D. Ritinha) casaram-se e foram, a princípio, residir na Chácara Sant'Ana, situada nas proximidades de Ouro Fino. "Ali cuidavam de agricultura e criação de gado [...] Algum tempo depois, o casal transferiu-se para Ouro Fino. Totó Mariano foi exercer o juizado municipal e D. Ritinha, o cargo de professora pública" (Britto, 1982, p. 206).

Ao que tudo indica, o Juizado Municipal e a Escola de D. Ritinha funcionaram no antigo prédio da Casa de Férias do Seminário de Goiás e, só saíram porque D. Prudêncio readquiriu e recuperou o prédio para instalá-lo. Certamente, o casal passou a exercer suas funções em outro local. O Sr. Afonso informou que o Cartório ficava perto da Igreja. Segundo ele,

> Tinha um cartório, onde fazia os casamentos, batizados. Eu fui testemunha lá, padrinho de casamento [...]. O Cartório era perto da Igreja, ali na praça, encostadinho na praça. O Totó Mariano morava lá, tinha uma casona grande. Morava nesse cartório. Totó Mariano era o juiz que fazia os casamentos lá. Lembro muito dele. Era o juiz. Ele que fazia os casamentos.

Nesta mesma casa funcionava a escola municipal, para os moradores do arraial e os dos arredores. E em uma entrevista ao jornal, D. Raynerita de Queiroz Costa, lembra que D. Ritinha era vista como uma mestra, uma pessoa muito querida e respeitada (Anexo 4).

A residência de Totó Mariano e D. Ritinha "era um pequeno consulado" (Britto, 1932, p. 211) muito visitado por parentes, amigos e pessoas ligadas aos estudantes matriculados no Seminário de Ouro Fino. Demonstravam ser pessoas simpáticas e hospitaleiras, pois recebiam a todos com alegria e satisfação.

Viajando na história, especificamente na última metade do século XIX e no início do século XX, foi possível descobrir que,

> Ouro Fino foi uma das cidades mais sofisticadas da nobreza vilaboense. Foi também, a primeira e única cidade goiana a ter uma fábrica de cerveja, cuja bebida era fabricada pelo francês José Nicolau. Posteriormente Ouro Fino foi elevado a município, com a denominação de Itaiu, mas foi rebaixado a distrito juntamente com Lagolândia (Anexo 1).

Embora o antigo povoado não exista mais, devido todas as suas edificações antigas terem desaparecido e o seu acervo de peças e obras coloniais, em sua maioria, terem tomado rumos ignorados – a não ser algumas poucas peças da renomada Igreja de Nossa Senhora do Pilar, que se encontram no Museu das Bandeiras em Goiás (Anexo 3) –, Ouro Fino parece-nos ter sido realmente um lugar bom de se viver, o qual trazia segurança e felicidade aos seus moradores.

A forma como o escritor do trecho acima citado se expressa, nos permite compreender que Ouro Fino teve uma importância para a elite goiana, ainda não imaginada pela sociedade atual, pois, contava em suas mediações com uma Casa de Férias, futuro Seminário de Ouro Fino, uma Companhia de Ordenanças, o Cartório e a famosa Escola de D. Ritinha. Além de ter sido, também, um local de recreio e colônia de férias almejado por muitas famílias da elite goiana. Possuía ainda, uma fábrica de cerveja, coisa rara em nossa sociedade nesta época.

Dessa forma, sua elevação temporária à município permite-nos chegar à conclusão de que Ouro Fino, por um certo período, se encontrava

habitado por muitas famílias e conseguia se auto-sustentar com a quantidade de impostos recolhidos. Fatos essenciais para elevação de um povoado e/ou distrito à município. Certamente, a fábrica de cerveja era apenas uma das atividades econômicas desenvolvidas ali. Nesse momento, provavelmente, existia em Ouro Fino, algumas lojas comerciais que supriam, até certo ponto, as necessidades de seus moradores, já que a maioria deles se dirigiam à capital para comprar seus mantimentos. Contava, também, com olarias, caieiras e quem sabe até mesmo uma pequena fábrica de mármore (Azevedo, 1975). Os pequenos engenhos lá existentes fabricavam artesanalmente a água ardente, a rapadura e até mesmo o açúcar. Além de tudo isso, a agricultura e a pecuária estava presente naquele lugar, como sendo uma das principais atividades econômicas do arraial, já que suas terras eram de uma fertilidade extraordinária.

Em *Anuário, histórico, geográfico e descritivo do Estado de Goiás para 1910*, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo pôde descrever em seu almanaque a situação do arraial de Ouro Fino, na primeira década do século XX, onde assinalou que:

> Distante da capital 15 Kilometros. É abastecido d'água de novembro a julho por um grande rego que parte do córrego Praia. Fora dessa época tem falta sensível d'água porque os tem impedido francamente o desenvolvimento do arraial.
>
> Possue uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Pilar que está asseiada e melhorada, graças aos esforços do infatigável frei André Platgé.
>
> Os córregos Praia e Castelhano, que ali se encontram, tem excelente água potável sobretudo o do Castelhano que, além de ser mais fria e mais agradável, é ligeiramente ferruginosa. Tem perto de 20 casas, um cemitério pertencente à igreja, e um vasto edifício em que funciona o seminário diocesano, recentemente installado.
>
> A situação do arraial é a mais aprazível possível... exposto a uma brisa constante e rodeado de magníficos campos com excellentes pastagens, tem o arraial um clima delicioso e tonificante.
>
> O districto, que tem uma vasta extensão, abrange a grande matta da Canastra cuja fertilidade prodigiosa o torna um dos celleiros da capital.
>
> As riquezas minerais são extraordinárias. Além do ouro que ainda hoje se encontra com dificuldade relativamente pequena, em ricas caieiras, muito ferro, mármore capaz de competir com os mais bellos vindos da Itália.
>
> O café produz alli perfeitamente e é de excelente qualidade. Não conhecemos em todo Estado outro districto que contenha tantas

> riquezas e tantos elementos de prosperidade como o de Ouro Fino [...] apresenta, ainda, soberbos mattos de cultura que produzem todos os gêneros alimentícios. (1987: 175-176).

Através desse relato, é possível compreender que Ouro Fino não era uma cidade, mas sim um pequeno povoado que se tornara importante para o Estado de Goiás, sendo considerado um de seus celeiros. Se Ouro Fino foi, realmente, elevado à município por um certo período, deve ter sido em um momento de euforia e entusiasmo com as novas características que o arraial assumiu na segunda metade do século XX. Mas, provavelmente, não deve ter tido grandes progressos em favor de sua municipalização, sendo rebaixado novamente a distrito, ficando como antes. Vários fatores podem ter contribuído para isso, como a falta de assistência e apoio financeiro do Governo Estadual, no sentido de não demonstrar interesse pelo saneamento de água, já que este era um dos grandes problemas do arraial por dificultar o aumento populacional e a permanência de muitos no povoado.

Mais tarde, outros fatores vão contribuir para o insucesso de Ouro Fino, como o fechamento do Seminário Episcopal e a transferência da capital – antiga Vila Boa – para Goiânia. Sabemos que seu fechamento fez com que Ouro Fino deixasse de ser um ponto de encontro de intelectuais, o qual provocou um certo esvaziamento do arraial no sentido de não mais receber visitas constantemente. E a transferência da capital muito influenciou para o seu fracasso, pois se antes o governo não fornecia a assistência necessária aos seus moradores, com o discurso mudancista as coisas pioravam. Estavam mais preocupados em construir e não em dar assistência a um arraial que a cada ano demonstrava ainda mais sua fragilidade e incapacidade de manter-se. Assim, Ouro Fino se viu desprezado e os seus antigos moradores desencantados, os quais muitos mudaram para Goiás, outros permaneceram ali enquanto foi possível.

Ainda, analisando os relatos de Azevedo (1987) sobre Ouro Fino, é importante observar como ele descreve passo a passo, a geografia do local, caracterizando a água, o clima, a vegetação, as riquezas minerais, a fertilidade do solo etc. E isso, torna possível reconhecer que sua topografia e sua privilegiada posição geográfica era realmente de qualidade muito boa. Sendo este o fator que levou muitos a construírem casas de veraneio (Figura 9) ou a se mudarem definitivamente para o arraial.

> Por essa época, [...], o citado arraial ainda era regularmente habitado, nele residindo varões ilustres, os quais deram descendência às famílias Galvão, Moura Lacerda, Ludovico de Almeida, Ramos Jubé, Moretti Foggia, etc. Sendo que muitos deles jazem sepultados no cemiteriozinho anexo a capela. (Anexo 2).

Certamente, seus moradores se dirigiam até Ouro Fino em busca de sossego e, apesar de todas as dificuldades lá existentes, devido à falta de água encanada, energia elétrica, péssimas condições das estradas de rodagem, ele era considerado aprazível pelos que lá residiam e/ou visitavam.

Figura 9: Casa de veraneio em Ouro Fino.

Fonte: Marco Antonio Veiga de Almeida.

Retomando alguns aspectos da pesquisa, é ainda necessário comentar sobre a Igreja de Ouro Fino (Figura 10), esta era de construção muito antiga, provavelmente, do século XVIII.

> Tinha por padroeira Nossa Senhora do Pilar, cuja imagem no altar mor era ladeada pela de São Sebastião. Além dessas imagens, figuravam nas laterais do mesmo altar as estatuetas de dois anjos nus. Bancos de madeira serviam de assento a comunidade religiosa; um grande cruzeiro em gente e o pequeno cemitério ao lado faziam parte da igreja. (Passos, 1986, p. 15).

Ao que tudo indica, a igreja nas primeiras décadas do século XX, se encontrava preservada, provavelmente, graças aos esforços dos padres e bispos que residiam no arraial.

Figura 10: Igreja Nossa Senhora do Pilar

Fonte: Jornal O Vilaboense, ano 1, nº 1, nov. 1996.

Era comum pessoas de Goiás se deslocarem até Ouro fino para se casarem na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, como foi o caso de, Joaquim Ignácio da Silveira e Euphenia da Silveira Ramos Jubé, que no ano de 1861 deixaram de casar-se em Goiás e escolheram a Catedral de Ouro Fino para a realização de seu matrimônio. Nos tempos mais remotos, esta igreja era muito freqüentada pelos moradores do arraial e pela vizinhança mais próxima. O professor Cunha Mattos, contou em uma entrevista ao jornal *O Vilaboense* que "tomavam um café reforçado e seguiam rumo ao arraial de Ouro Fino para assistir a missa das 7:00 da manhã. A saída era pelo Largo do Rosário e faziam o percurso até lá em duas horas a pé. Era muito bom aquela época". (1993, Ano 1, n 1, p. 6). Dessa bonita catedral hoje só resta suas ruínas, melhor dizendo, seus paredões de pedra e barro, quebrados pela chuva e pelo vento. Uma pena que os iconoclastas, deixaram ruir o vulnerável orago de Ouro Fino, testemunha surda e altamente valiosa do período setencentista.

O pequeno cemitério de Ouro Fino cercado com lascas de aroeira, encontra-se violado por pessoas que cavaram buracos em busca de ouro. "nos arredores das ruínas, outras escavações falam também da mesma busca" (Revista Terra Goyá, 1996: 10). Vê-se, com isso, que muitos ainda esperam encontrar ouro sob as ruínas do antigo arraial. Sonham com "enterros de ouro" de antigos moradores e escravos e acreditando poder

encontrar, cavam paredes, alicerces e reviram os restos mortais dos que foram enterrados, não respeitando nem mesmo a morte. A Entrevistada M conta, que tem alguns familiares enterrados no cemitério de Ouro Fino e se entristece com o descaso dos políticos que nem mesmo procuraram preservar essa parte do arraial, local sagrado para ela. Relatou que, quando enterrou seu marido e seu filho, o cemitério ainda era perfeito, cercado com lascas de aroeira.

Esse quadro historiográfico apresentado demonstra um pouco o que foi esse magnífico povoado, que agora parece aos nossos olhos ter sido muito importante devido ao seu brilhante passado histórico. No entanto, foi apagado do espaço geográfico, o qual ocupava, como se passa uma borracha sobre o papel, sendo hoje uma mistura de ruínas e mistério.

2.2.1 História ou lendas?

Atualmente o nome Ouro Fino se popularizou na canção Chico Mineiro que o Brasil inteiro conhece. Foi gravada originalmente pela dupla Tonico e Tinoco, seus versos contam a triste história de um possível assassinato ocorrido no povoado.

> [...] Fizemos a última viagem / Foi lá pro sertão de Goiás / Foi eu e o Chico Mineiro / Também foi o capataz... / Viajamos muitos dias / pra chegar em Ouro Fino / Aonde nos passamos a noite / Numa Festa do Divino / A festa estava tão boa / Mas antes não tivesse ido / o Chico foi baleado / Por um homem desconhecido [...] (Anexo 5).

Os versos da canção falam de um boiadeiro que teria sido assassinado no Sertão de Goiás durante a Festa do Divino Espírito Santo, festa religiosa comum na região. Supõe-se que seja em Ouro Fino. Geralmente, depois das missas e quermesses, acontecia um baile, que durante muito tempo usaram instrumentos musicais como o violão, a viola e a sanfona para o divertimento dos moradores e visitantes. Há pessoas em nossa sociedade que dizem esta, ser uma história verdadeira e, não uma lenda como muitos acreditam. O Entrevistado A, afirma ter presenciado a morte do peão Chico Mineiro e quando se referiu ao acontecido nos informou que:

> Então... foi na Festa do Divino, tinha um baile na casa do festeiro. Tinha umas mulheres solteiras, sabe. Então chegou esse boiadeiro, Chico Mineiro. Chegou com um gado vindo das bandas de Itaberaí. Ele e os seus companheiros estavam de pouso numa fazenda lá perto e, de lá eles foram para festa, para dançar. Ele dançou um toque, com a mulher e depois pediu *bis*. Ia ser a contradança. Tocou, dançou, parou o toque e, então ele ficou segurando na mão da dama para poder dançar

> o *bis*. Foi quando chegou o moço que matou o Chico Mineiro. Chegou e falou com ele né, estava com ciúme, enciúmo dele está segurando na mão da dama, mulher bonita, sabe. Então, foi que ele queria tomar a mulher e o Chico respondeu para ele. Ele atirou nele na hora, matou assim ó, atoa, atoa assim ó. Com uma garrucha. Eu estava lá com aquela porção de gente na sala, esperando tocar para pode continuar o baile. Aí eu falei 'Deixa eu sair daqui, não vou ficar aqui não'. Aí eu chamei meu irmão para ir embora.

Procurando significado para essas indagações sobre a trágica morte de Chico Mineiro, o qual dizem ter sido enterrado no cemitério de Ouro Fino, nos vemos munidos de uma ausência de documentos que comprovam a veracidade do fato. No entanto, a música que também conta esse episódio refere-se à Ouro Fino no sertão Goiano, não podendo com isso ser outro lugar. O entrevistado afirma ter presenciado a morte do boiadeiro e, segundo ele, esta é uma história verídica. Desta forma, fica uma pergunta: Teria sido a morte de Chico Mineiro em Ouro Fino – Goiás, fato ou lenda?

> A história da música foi praticamente uma invenção do século XVII. Alguns estudiosos do século XVI e XVII como Vicenzo Aplolei e Gerolano Mii, haviam se conscientizado das mudanças de estilo a longo prazo e, na verdade, as tinham discutido em suas comparações de música antiga e moderna publicadas, respectivamente em 1581 e 1602, mas seu objetivo era apenas atacar ou defender determinados estilos. No século XVIII, houve uma explosão de interesse pela história da música. (Burke, 1937: 21)

E a partir de então, a música se tornou uma fonte historiográfica. Muitos historiadores têm buscado novas fontes de pesquisa para a construção histórica. A música, a literatura, assim como a história oral, têm possibilitado a compreensão de situações insuficientemente estudadas. As informações contidas em uma música ou poesia pode até não descrever o fato como ele realmente aconteceu, por apresentarem uma estrutura codificada, característica comum da arte literária, mas são também de uma importância extraordinária, pois na maioria das vezes, expressam fatos acontecidos, mesmo que tenha uma estrutura figurativa.

A trágica morte de Chico Mineiro é apenas uma das muitas histórias que tiveram como berço o velho arraial de Ouro Fino. Muitas lendas têm povoado a mente dos moradores da região, que imbuídos pela religiosidade acreditam nos milagres de São Sebastião.

> Pouco conhecida e hoje quase no esquecimento total, está a lenda da Pedreira de São Sebastião. Localizada no distrito de Ouro Fino, a 18

> quilômetros da Cidade de Goiás. Essa pedreira segundo tradição, teve início na metade do século XIX, abriga num dos seus nichos naturais uma imagem do Santo, ou o próprio São Sebastião materializado em carne e osso, segundo crêem alguns. Os mais antigos habitantes de Ouro Fino atestam que a imagem se encontra no interior da pedreira, mas nunca foi até hoje vista por ninguém, ao que tem notícia. São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino foi e ainda é o guardião protetor contra as secas que assolam a região. (Anexo 1).

Ainda, hoje, anualmente, acontece a Festa da Pedreira e, devotos de São Sebastião, vindos das redondezas de Ouro Fino e de vários outros lugares, se encontram no local em um ato de fé. Os padres celebram missas, acontecem leilões e, muitos comerciantes montam barraquinhas de alimentação e bebidas pensando no lucro. Na tradição oral dos moradores das cercanias contam que:

> Os veteranos moradores do arraial afirmam que um roceiro, campeando um animal, chegou aquelas passagens e notou num nincho de pedra ao alto do rochedo a imagem de um Santo. Alarmado com a descoberta, correu ao arraial levando a notícia do achado aos moradores, que ocorreram ao local, transformando-o num acampamento de romeiros vindos de suas roças distantes para verem o santo e orar. Posteriormente, resolveram retirá-lo de seu nincho, ocasião em que se constatou tratar-se da imagem de São Sebastião. Levando-a em procissão para a Igreja do arraial. No dia imediato o sacristão notou a falta da imagem no altar e, depois de esgotados todos os recursos para encontrá-la na igreja, foram todos à pedreira. Lá estava a imagem em seu nincho natural! De novo conduziram a rebelde imagem que no dia imediato tornou a desaparecer e, desta feita, ninguém mais a viu em seu nincho, cuja entrada era guardada por grande enxame de ferozes marimbondos. (Passos, 1986: 16).

Desde então, o local se tornou sagrado para os fiéis católicos que acreditam ser o Santo, milagroso. Nos idos dos anos de 1933 o Sr. Francisco Abdon Póvoas, com 82 anos de idade, presenciou um dos fenômenos de São Sebastião da Pedreira, conforme contou:

> Fomos de Goiás para Ouro Fino, onde ficamos hospedados na residência de campo do desembargador Coriolano. A seca era terrível, os campos estavam secos e as lavouras, até mesmo o milho, que já estava grande, já começava a secar, quando as mulheres de Ouro Fino resolveram fazer uma procissão até a pedreira. Veio gente de muito longe, centenas de pessoas carregando potes d'água na cabeça, para lanhar os pés do santo. Mais ou menos às 3 horas da tarde, quando todos voltavam para a cidade para concluir a promessa com orações na igreja, desabou um temporal tão violento que até arrancou telhas das casas. Na residência

> onde estávamos, tivemos que abrigar as crianças debaixo das mesas, tal era o aguaceiro que caia (Anexo 1).

A religiosidade faz com que os fiéis acreditem que milagres acontecem. Todavia, sabe-se que a chuva é causada pelo encontro de massas de ar quente, com massas de ar frio e, conforme a temperatura de ambas pode provocar fortes tempestades. Na verdade, os fiéis preferiram associar a chuva forte com o milagre proferido por São Sebastião ao aceitar a hipótese de ter sido causada por elementos próprios da natureza.

Estas são algumas das histórias que ficaram registradas na memória de antigos moradores de Ouro Fino, os quais fizeram questão de recontá-las para que não caíssem no esquecimento. Parece-nos que a história é chamada à exercer um papel fundamental nesta parte da pesquisa, pois são "histórias" que não se encontram evidentes, podendo com isso ser reescrita, porque o conhecimento histórico muda devido novos pontos de vista que levam a reavaliação do passado e interpretações estabelecidas, uma vez que, o resgate da memória se projeta como uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos e, talvez por motivo de esquecimento ou distorção da realidade à análise histórica se torna complexa.

Para tanto, "a memória coletiva e individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente" (Montenegro, 1994, p. 20). Nesse sentido a grande dificuldade de aceitar "histórias" como estas, se relacionam em alguns casos com a falta de documentos escritos e em outros com o imaginário e/ou crendices.

2.3 Seminário de Ouro Fino

O Seminário Episcopal, instalado em Ouro Fino no ano de 1909, teve uma história bastante conturbada em todo período de sua existência. Portanto, se faz necessário resgatar todo o processo histórico ligado a sua instalação, a instrução pública aplicada, aos conflitos e as dificuldades enfrentadas por este reconhecido estabelecimento de ensino para que possamos compreender o porquê de ter sido transferido para Ouro Fino e, posteriormente fechado, deixando para trás saudade pelos assinalados serviços prestados ao público jovem goiano.

Tudo começou quando o Papa Leão XII, atendendo aos desejos de D. Pedro I, expediu uma Bula aos 15 dias do mês de julho de 1826, a

qual ordenava que "se eleva a grau de sedes episcopais às prelazias de Goiás e Mato Grosso e se erija um seminário eclesiástico de meninos onde se instruam os novos clérigos, para a disciplina da Igreja." (Bretas, 1991, p. 365). A partir daí a província de Goiás foi elevada à categoria de Bispado, ficando à frente da diocese D. Francisco Ferreira Azevedo, o qual foi sagrado somente em 25 de setembro de 1835 na antiga Igreja do Rosário.

Segundo Bretas, em sua obra *"História da Instrução Pública em Goiás"*, foi a partir do governo de Dom José de Assis Mascarenhas (1839-1845) que as autoridades começaram a demonstrar algum interesse pela formação do clero goiano. A província de Goiás, sofria de absoluta carência de recursos, de livros e de mestres e era preciso encontrar uma forma de atrair estudantes e ampliar o conhecimento da juventude goiana, mas para realizar esta façanha necessitava-se criar um internato ligado ao Lyceu para acolher os estudantes do interior da província.

Essa ideia foi tomando corpo na década de cinquenta, e em vez de um internato para o Lyceu, acharam melhor criar logo um seminário, já que era ideia do Governo Imperial dotar todas as dioceses do país de um Seminário Episcopal. E, mediante a autorização do Papa a elevação da prelazia de Goiás à diocese e à instalação do seminário, os problemas tomaram outros rumos, isto é, a falta de pastores zelosos para ocuparem o cargo de bispo; a preparação insuficiente dos sacerdotes para preencherem as cadeiras do professorado, e por fim a falta de apoio com recursos do Governo Imperial e Provincial. Fatos como estes é que vão dificultar o preenchimento do prelado goiano e retardar a instalação do Seminário em Goiás. Sabe-se que a Assembleia Geral não aprovou a Lei Papal, pois

> os ministros de D, Pedro diziam que só ao Imperador compete nomear bispos e criar dioceses, igualmente só ao Imperador assiste o direito de estabelecer anuidades e criar seminários com as datações necessárias. A comissão reconhece correta a bula somente no que diz respeito à criação dos Bispados. (Bretas, 1991: 365).

E, diante disso, o que a Assembleia fez foi aprovar uma lei que reconhecia somente a criação dos Bispados em Goiás e Mato Grosso.

Em "*Lugares e Pessoas – Subsídios eclesiásticos para a História de Goiás*", Silva nos informa que

> é bem diffícil que alguma diocese do Brasil tenha tido uma vida tão acidentada como tem sido o da Diocese de Goyaz. E a Divina Providencia prouve dispor as causas de maneira tal que após uma existência de noventa annos, há nela ainda muita coisa, senão por começar, ao menos por impulsionar (1999, p. 63).

Vemos, com isso, que a Diocese Goiana enfrentou muitas dificuldades nos seus primeiros anos de existência, a qual só conseguiu receber um Bispo em 25 de setembro de 1836. Dom Francisco Ferreira de Azevedo foi sagrado primeiro prelado da Diocese de Goiás e, ao chegar no solo episcopal goiano, sentiu necessidade de prover as paróquias com sacerdotes instruídos na fé cristã. Esse foi o grande problema, já que a quantidade e a preparação dos padres eram insuficientes para assumir tais sacerdócios.

Diante de todas as dificuldades encontradas e da resolução da Assembleia Geral de não sancionar os artigos que aprovavam a criação do seminário em Goiás, Dom Francisco, frustrado com essa decisão, pois havia planejado uma melhor formação e fortalecimento de seu clero, partiu então para o Rio de Janeiro em busca de solução, não tendo no momento outra alternativa para a formação precária dos seus sacerdotes com os fracos meios de que dispunha. Depois disso não se falou mais em seminário em Goiás por um bom tempo.

Aberta a questão da formação do clero em Goiás em 1845 por D. José de Mascarenhas, somente em 1854 o mesmo assunto voltou a ser discutido, desta vez, pelo presidente provincial Francisco Mariani que em um relatório enviado ao Ministro do Império falava da necessidade de instalar um seminário para prover a educação do clero e das vantagens de se criar um internato para o desenvolvimento intelectual da esperançosa mocidade.

Em 1858, o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, também, através de relatório, informava ao Imperador sobre a pouca frequência de estudantes matriculados no Lyceu, devido a falta de um internato, já que a maior parte das famílias que residiam fora da capital estavam impossibilitadas de mandarem seus filhos para estudarem em Vila Boa. Diante das reclamações e pedidos, neste mesmo ano, o Governo Imperial informou ao Presidente da Província de Goiás que,

> na Lei Orçamentária deste ano, por proposta do Dr. Felipe Cardoso de Santa Cruz foi consignada a verba de 9 contos de réis, destinados ao pagamento dos professores do Seminário Episcopal. Como não houvesse edifico para o Seminário nem professores nomeados, ordenou-se que a quantia relativa a dois anos, isto é, 18:000,000 $, fossem empregadas na aquisição do imóvel. E se adquiriu o prédio onde, atualmente, se encontra a força policial em Goiás (Ferreira, 1980, p. 30).

A Diocese de Goiás achava-se vaga desde a morte do Bispo Dom Francisco, ocorrida em 1854, não tendo como o presidente da província dar

início a aquisição do imóvel e da mobília para o estabelecimento do ensino do Seminário Episcopal, mas com a chegada de um novo prelado Dom Domingos Quirino Souza, encontraram juntos forças para promover a sua instalação, sendo esta interrompida mais uma vez, em 12 de setembro de 1863 devido a morte do Bispo Diocesano. Com esse incidente inesperado o

> prédio adquirido ficou algum tempo fechado à espera do seminário, mas demorando-se o novo bispo, foi ele requisitado pelo Ministério da Guerra para que nele se aquartelassem as forças destinadas à Guerra contra Solano Lópes, no Paraguai... O primeiro prédio destinado ao seminário, nunca mais deixou de ser quartel de polícia, até hoje" (Bretas, 1991: 369).

Antes mesmo de adquirir o prédio para o funcionamento do Seminário Episcopal da Diocese de Goiás o Governo Imperial havia criado um decreto do Governo Imperial de nº 2.543, de 31 de março de 1861, o qual continha os seguintes artigos:

> Art. 1º - ficam creados no Seminário Episcopal da Diocese de Goyaz as seguintes cadeiras: De Gramática e Língua Latina; de Francez; de Rethorica e Eloqüência Sagrada, de Philosophia Racional e Moral; de Theologia Dogmatica; de História Eclesiástica e Instituição anonica, de Literatura e Canto Gregoriano.
>
> Art. 2º - Os lentes das cadeiras creadas terão o ordanado anual de hum conto e duzentos mil réis, com exceção do de Liturgia e Canto Gregoriano, que vencerá somente o de hum conto de réis.
>
> Art. 3º - Os lentes e os compêndios serão propostos pelo Bispo e aprovados pelo Governo. Durante os três primeiros annos de exercício, os lentes serão considerados interinos.
>
> Art. 4º - Enquanto não houver substitutos, os lentes se substituirão reciprocamente, em seus impedimentos e faltas, segundo a ordem marcada pelo Bispo, descontando-se hum terço do ordenado do substituído em favor do substituto. João Lustosa da Cunha Paranaguá, do meu Conselho, Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça, etc. Palácio do Rio de Janeiro em 8 de março de 1860, 39º da Independência e do Império. Com a Rubrica de S. M. o Imperador. Confere Francisco Ferreira do Santos Azevedo. Confere Pitanga (Bretas, 1991, p. 367).

Com o decreto do seminário pronto e o prédio "adquirido", coube a Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo a execução do plano. Este foi recebido em Goiás a 12 de setembro de 1867 por todas as autoridades e o povo em geral, os quais recepcionaram-no na entrada da capital a fim de apresentar suas boas-vindas. "Ao assumir a Diocese de Goiás, sua primeira

preocupação foi a de instalá-lo, obra considerada urgente, dada a falta de sacerdotes na Diocese e o conceito pouco lisonjeiro em que eram tidos os poucos existentes na Diocese" (Bretas, 1991, p. 369). Este foi o primeiro bispo "que conseguiu organizar uma administração regular do Bispado, fazer visitas pastorais, promover a pregação regular da palavra de Deus e a freqüência dos sacramentos" (Silva, 1948, p. 64).

Dom Joaquim preocupado com a mitra e com a penúria que encontrava, tratou de viajar até o Rio de Janeiro para falar com o Imperador sobre o seminário e outros assuntos e, de lá trouxe a solução para concretizar sua instalação, o qual teria que ser em outro local, pois o primeiro que se adquiriu e se adaptou, no governo de José Couto Magalhães, fora ocupado pelas forças armadas. Resolveu-se, então, na Corte que se adquirisse o palácio pertencente aos bens de Dom Francisco que havia deixado com sua morte e, dispondo de 20:000 $ 000 réis, efetuou a compra do imóvel, adaptou-o com água encanada e móveis necessários para o internato. E, em 6 de janeiro de 1876, dia de Santos Reis, foi oficialmente inaugurado em meio a festas e com muita satisfação pela população da capital. O estabelecimento de ensino foi chamado Seminário Episcopal Santa Cruz, por homenagem de reconhecimento ao grande goiano Felipe Cardoso de Santa Cruz, autor do projeto aprovado pela Assembléia em 1858, concedendo um crédito de 9 contos de réis anuais que viria contribuir com o custeio do professorado (Silva, 1948 e Bretas, 1991).

Iniciaram-se as aulas do Seminário, após sua instalação, com trinta e oito alunos matriculados entre internos e externos. Mais tarde, especificamente, quatro anos depois, com a transferência de Dom Joaquim para a sede primacial da Bahia aliada ao descaso do Presidente da Província e ao Governo da Corte seu destino foi fatal, pois sem recursos financeiros para manutenção dos seminaristas e do professorado e, sem ter realizado o concurso exigido pelo Governo Imperial para ocupar as cadeiras, o estabelecimento só teve uma coisa a fazer, dispensar os alunos e fechar as portas, o que o cônego Joaquim Vicente de Azevedo fez com grande pesar.

O Seminário se manteve fechado por pouco tempo, pois Carlos Leôncio de Carvalho, do gabinete ministerial da Corte e Luiz Augusto Crespo presidente da província, pessoas perseguidoras à causa da Igreja, usaram de seus cargos, facilitando a reabertura do Seminário Episcopal. O Cônego Azevedo, administrador da Diocese, temporariamente, tratou logo de reabrir o educandário para tornar menor a interrupção do seu financiamento e, assim, evitar que a subversão constante do orçamento

imperial fosse cortada. Admitiu um novo corpo docente e, neste momento, teve que lançar mão de leigos que atuavam no lugar para lecionar, o que não permitiu o seu funcionamento de forma tranqüila, devido às divergências de idéias.

No dia 30 de setembro de 1881 Dom Cláudio José Gonçalves Ponce Leão chegou na capital da Província Goiana. Este já era

> sabedor das dificuldades e dos defeitos do seminário e por isso, trouxe consigo vários padres-mestres para completar, somente com sacerdotes, todo o corpo docente do estabelecimento. Com D. Cláudio o Seminário foi ampliado em seu currículo tomando a feição de um estabelecimento nitidamente de formação eclesiástica (Bretas, 1991, p. 375).

Com a Proclamação da República e as leis decretadas pelo Governo Provisório, o Seminário foi privado do auxílio pecuniário que

> recebia do Governo Imperial, tendo que despedir os alunos pobres que não pagavam a pensão, e estes eram quase dois terços, o que reduziu o seu número a quinze, de oitenta que eram. E foi em meio a essa crise de transição política que se deu a transferência de D. Cláudio para o Rio Grande do Sul (Silva, 1948, p. 64).

A remoção do chefe da Igreja goiana causou grande aflição no povo, pois ele era estimado em toda Província, e esta se veria mais uma vez privada de um prelado na Diocese, o que, com certeza, veio causar transtornos tanto aos religiosos quanto aos estudantes do Seminário.

Aliado a isso, a suspensão dos recursos fornecidos pelo Estado veio juntar-se em breve à crise política e financeira encabeçada pela Proclamação da República. Houve dias em Goiás que tiveram que reduzir pela metade a refeição dos padres e seminaristas. Apesar de todas essas dificuldades, Dom Eduardo Duarte da Silva, sucessor de Dom Cláudio, manteve próspero o Seminário, conseguindo aumentar o número de matrícula. Em alguns momentos, diante da pobreza e da gratuidade da maior parte dos seminaristas, o prelado bispo aplicava nessa instituição os seus próprios bens de família e as rendas de alguns prédios de sua propriedade no Rio de Janeiro.

Quando chegava as férias, Dom Eduardo sentia-se aliviado por poder mandar os seminaristas passarem uma temporada nas casas de suas famílias, mas por outro lado isso significava aborrecimento, já que muitos jovens não retornavam ao Seminário. E, para tentar solucionar este inconveniente, o bispo usando seus próprios recursos adquiriu em Ouro Fino, perto da capital onde o clima era mais ameno, "uma pequena porção

de terra com dois ou três casebres, e construiu aí um grande pavilhão com muitos repartimentos. Daí por diante os padres-mestres, os seminaristas e o próprio bispo passavam lá suas férias" (Bretas, 1991, p. 446). Deste modo, no período de férias o arraial se tornava

> ponto de concentração estudantil e de intelectuais do clero. Em Ouro Fino Dª Ritinha tinha sua casa muito visitada pelas pessoas ligadas aos alunos do Seminário que lá compareciam. Assim, muitos goianos ilustres, gozando quando crianças dos amenos e agradáveis dias em Ouro Fino, passaram por sua escola. Alguns deles o desembargador Inácio Bento de Loyola e seus irmãos menores; os filhos do comendador Joaquim Carvalho Ferreira dos Santos Azevedo, o desembargador Hamilton de Barros Velasco; e muitos outros (Britto, 1982, p. 210).

Foi então, edificado em Ouro Fino uma casa de campo ligado ao Seminário de Goiás, para qual mais tarde transferiu-se o próprio Seminário. Esta Casa de Férias viria evitar a evasão dos seminaristas. Nesta época D. Eduardo havia conseguido junto ao Governo Estadual um custeio para ajudar na manutenção desse internato.

O tempo passou e a perseguição dos republicanos ao clero tornava-se cada vez mais constante. Aliado a isto, Dom Eduardo passou momentos difíceis em Goiás ao tomar algumas medidas contra as festas religiosas aqui realizadas, por estas estarem tomando rumos profanos, o que entristecia o clero goiano. No momento da ausência do prelado, por ele ter viajado até a Europa, o Governo Estadual caiu nas mãos dos Bulhões, tradicionalmente conhecidos como anticlericais e, estes tomaram o prédio do Seminário alegando ser propriedade da União e não da Mitra. Diante das dificuldades, "sem casa para morar, sem seminário e sem dinheiro para construir outro prédio, resolveu transferir a sede da Diocese para Uberaba, levando consigo a Mitra, o Báculo, todo o seminário e a fina flor do clero goiano" (Bretas, 1991, p. 448). O público goiano ligado a Mitra se viu extremamente prejudicado e não tendo como ajudar, se lamentaram profundamente, diante da saída do Bispo em 1896. E, até a posse do digníssimo Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, em 23 de setembro de 1908, a Diocese de Goiás foi administrada pelo saudoso D. Eduardo. E "em 1909, em Ouro Fino reinstalou-se o antigo Seminário Episcopal Santa Cruz, fechado a doze annos, de onde haviam de sahir os futuros obreiros da vinha do senhor" (Silva, 1948, p. 83).

Para Dom Prudêncio, reabrir o Seminário era uma de suas maiores preocupações, e como na capital, a Mitra não possuía um prédio grande o bastaste para a instalação do estabelecimento de ensino, a saída foi

aproveitar o velho casarão construído por D. Eduardo em Ouro Fino (Figura 11), conhecido como Casa de Férias do Seminário, que por sinal era bem mais agradável e saudável do que o de Goiás, fato que influenciou D. Prudêncio a readquirir o casarão que estava nas mãos de particulares, fez ali as reformas convenientes dotando-o de água encanada captada do ribeirão do Praia por um carneiro. O Ato de Reabertura do Seminário Episcopal Santa Cruz, foi motivo de notícias em jornais da época e o novo estabelecimento foi inaugurado em meio a festas, como publicou o jornal O Lidador,

> As 7½ do dia 29 último, o excelentíssimo Exmo Sr. Bispo Diocesano, acompanhado por crescido numero de cavalheiros, partio em demanda de Ouro-Fino. Ao approximarem se do pittoresco arraial, um grande número de cidadãos, veio lhe ao encontro, tendo a sua frente o Exmo Sr. Desembargador Coriolano de Loyola, venerando Presidente do Superior Tribunal do Estado.
>
> Chegando ao edifico onde se divia realizar a modesta solemnidade, depois de uma salva, foram todos gentilmente acolhidos pelo virtuoso Reitor, Pe. João Francisco Navarro, um dos lentes, seminarista Americo da Paz e outras pessoas.
>
> Agradabilissima foi a impressão que todos experimentaram percorrendo o predio, apreciando a rigorosa limpeza que foi feita, suas acomodações, a graciosa capella, tudo ornamentado revelando a mascula boa vontade que se alvejou imprimir a uma festa, cuja superioridade, como dissemos, não e mister salientar. E enquanto todos visitavam o edifício, muitos, dentre elles, que foram educados no primeiro Seminário, evocavam recordações saudosas do passado, e o nome do venerando bispo D. Joaquim G. de Azevedo, era pronunciado entre bençãos, carinhos e lagrimas. (Julho / 1909, Anno VI, p. 1).

Como podemos observar, no ato de instalação e inauguração do Seminário Diocesano de Ouro Fino, estavam presentes as principais autoridades do Estado e muitas pessoas amigas, todas convidadas para darem o maior brilho possível à solenidade. Os convidados se impressionaram com a limpeza, higiene, organização e conforto de que os seminaristas poderiam desfrutar ali.

O seminário era um casarão edificado num grande largo a entrada do arraial. Uma igreja e várias residências particulares formavam o conjunto desta praça. O edifício do seminário era de aspecto antigo e tinha uma frente muito externa, intercalada por pequenas janelas envidraçadas (que

não se abriam) ao longo de toda parede, a qual era protegida por uma rústica grade de madeira, alta (Passos, 1986, p. 12).

Figura 11: O Seminário Episcopal de Ouro Fino

Fonte: Bretas, 1991, p. 531

Esta arrojada história relacionada a este educandário que sempre se apresentou como justa aspiração do povo goiano e que tantos e tão assinalados serviços prestou ao Estado de Goiás é motivo de nos lisonjear quanto aos benefícios que nos foi dado por alguns anos, com relação ao desenvolvimento educacional da juventude goiana. Cel. Lindolpho Emiliano dos Passos, ex-aluno, em sua obra *"Goyaz de Ontem"*, faz referências ao Seminário Episcopal e lembra com saudades dos momentos agradáveis que viveu ali como seminarista,

> Chegamos a Ouro Fino à tarde e fomos recebidos na portaria do Seminário pelo Diácono (1) Oscar Silva, que nos conduziu à sala de visitas, onde o padre José Marques Vidal, de nacionalidade portuguesa e Reitor do Estabelecimento, já nos esperava. Enquanto meu pai dialogava com o Padre-Reitor, fomos, em companhia de mamãe, levados a conhecer as dependências do velho casarão pelo diácono Oscar. Visitamos a capela, as salas de aula, os dormitórios. Pátios de recreações, cozinha, refeitórios etc. e voltamos à sala de visitas para as despedidas de nossos genitores que retornavam a Goiás. [...] o alojamento era um grande cômodo que servia de dormitório e sala de estudos, possuindo várias janelas e duas portas que davam acesso ao pátio de recreação e área coberta das instalações sanitárias.

> Era mais ou menos quatro horas da tarde. Vestimos nossos calções de banho e fomos com outros meninos, agora nossos colegas, nos lavar no ribeirão do Praia, que corria no fundo do Seminário. Além desse ribeirão de água cristalina e fria, havia também um rego que despejava enorme bica num monjolo destinado ao beneficiamento de gêneros alimentícios e um carneiro hidráulico responsável pelo abastecimento das caixas d'água da cozinha e lavatórios [...] a capela do Seminário, recinto que primava pela pintura, asseio e conforto, era bastante espaçosa, tinha o teto forrado e o piso assoalhado [...] o alojamento dividia-se em duas partes: uma servia de salas de estudos, com três grandes mesas e alguns toscos bancos de madeira; e outra parte, maior era o dormitório, com duas alas de camas rústicas, uma ao lado da outra, separadas entre si por pequeno espaço denominado cubículo que servia como depósito de malas e objetos dos alunos, todo o piso era de chão batido e o recinto, à noite, iluminado precariamente por uma única luz de um lampião a querozene. Era costume haver após as refeições um grande recreio no qual padres e seminaristas disputavam partidas de xadrez, damas, dominó etc. com o decorrer do tempo, fui me acostumando aos costumes de seu ritual religioso, uma das primeiras coisas que aprendi foi ajudar a Santa Missa, toda rezada em Latim. Aos domingos fazíamos pequenas excursões, visitando chácaras e fazendas, recebendo de seus proprietários ótimas acolhidas com donativos de doces e frutas. Também os moradores do Arraial eram generosos com os padres e alunos para os quais mandavam bandejas de doces biscoitos e frutas (Passos, 1986, 12-14).

Sem palavras para comentar esse esboço histórico apresentado por Passos e, considerando-o de extrema importância para a realização desta pesquisa, faz-se necessário reconhecer que o extinto Seminário deixou saudosas lembranças e contribuiu grandemente para a instrução pública em Goiás. Sabemos que, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas ao longo dos anos de funcionamento, o famoso educandário conseguiu fazer com que muitos que ali estudaram se tornassem futuros varões do saber goiano.

Com a morte de D. Prudêncio, o Seminário de Ouro Fino, se encontrava em penúria e diante das dificuldades, suas portas foram fechadas provisoriamente, o que obrigou os responsáveis a mandarem os poucos internos, ainda matriculados, para o Seminário de Mariana. Mais tarde, com tristeza, no ano de 1926, D. Emanuel Gomes de Oliveira transferiu definitivamente para Bonfim (hoje Silvânia) o Seminário de Santa Cruz. Portanto, não podendo mais Ouro Fino contar com o educandário em suas mediações, assim sua ruína também seria fatal. Supõe-se que este tenha sido um dos motivos que levou o esvaziamento do arraial, até que

foi definitivamente abandonado, pois durante a existência da Casa de Férias do Seminário, depois transformada no próprio Seminário, Ouro Fino tornou-se um lugar muito procurado por famílias da elite goiana, que vinha matricular seus filhos e retornavam com freqüência ao local para visitarem seus entes queridos. Não resta dúvida que Ouro Fino foi um lugar marcado por glórias no passado. No entanto, do arraial em apreço, só restam ruínas que contam uma história povoada por personagens importantes da sociedade goiana. Mas, nem por isso, Ouro Fino deixa de encantar-nos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que, reinventam continuamente o passado.
>
> (Sandra Pesavento).

Estudar história significa essencialmente olhar o passado, com base nos problemas e indagações que nos são postos pelo presente, com o devido cuidado de compreendermos as características de outros tempos e espaços em sua especificidade, não as reduzindo a nossa visão de mundo. Como será possível isso?

A ênfase recai no olhar, ou seja, no ponto de vista, no enfoque com que nos voltamos para o passado, percebido como um ato que se faz no presente, por pessoas vivas, atuantes. Como as pessoas são diferentes (em termos de origem cultural, classe social, religião) diversos são também seus pontos de vista.

Tal compreensão se fez plena ao desenvolvermos esta pesquisa sobre o arraial de Ouro Fino. Ao mergulharmos sobre as profundezas e os mistérios deste espaço, o que nos remonta especificamente aos traços característicos da historiografia nacional e regional, percebemos o quanto a memória permite que se possa lembrar de coisas e lugares, simplesmente com a presença de uma imagem no espírito e com o registro de uma ausência dada pela passagem do tempo.

Ouro Fino, que originou-se com a mineração do ouro em 1726, a mando de Bartolomeu Bueno da Silva e, ele é para nós vilaboenses, um dos mais importantes sítios históricos da região da grande Vila Boa, testemunhando mais de dois séculos de nossa história.

Mesmo com muitas famílias da elite goiana adquirindo posses no local, construindo casas de veraneio e alguns, até mesmo, estabelecendo residência no final do século XIX, quando Ouro Fino passou por uma transformação significativa em sua paisagem urbana, este espaço, com o passar dos anos, foi sendo esquecido, deixado, adquirindo uma feição

de ruínas e abandono, não sendo esta realidade, diferente de hoje. Não obstante constituiu-se em um patrimônio histórico-cultural singular, hoje Ouro Fino guarda apenas resquícios de sua longa jornada, não sendo um símbolo devidamente respeitado pelas autoridades competentes no que se refere à conservação da sua memória, da sua referência como um ícone da cultura nacional. Mas não nos deleitemos nestes descasos, porque seria prolixo da nossa parte evidenciar algo que acontece com muitas de nossas riquezas.

O arraial de Ouro Fino, como vimos, guarda uma memória de festas religiosas, devoções, folias, peças e obras coloniais, lendas, estórias trágicas, religiosidade etc. que, embora não devidamente valorizadas, são lembradas e recontadas por testemunhas do tempo, pessoas simples que se orgulham de fazer parte do processo de representação da História de Goiás.

Como dissemos antes, as pessoas fazem a história sob diversos pontos de vista. Ouro Fino sobrevive sob ruínas, abandono, mas sobrevive também diante de crenças e da memória daqueles que acompanharam sua história ou parte dela. E embora a memória seja seletiva, tal como a matéria do esquecimento de processos que ultrapassam a escala do inconsciente, ela se aproxima da História numa reconstrução narrativa do acontecido, como um aproximativo da realidade histórica.

Desta forma a História de Ouro Fino se faz pela memória e se eterniza nela. Como o pensador Erick Lawton, diz, "O que é a vida? O que deixamos para trás que não possa ser desgastado pelo tempo, vento ou fogo? São os rastros que deixamos na memória." Sem dúvida nenhuma, Ouro Fino constitui estes rastros na História que se faz a cada dia. Eis a sua essência.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. *Estrutura Fundiária em Goiás*. Goiânia: Ed. UCG. Série. Tese Universitária, nº 2, 1993.

ALMEIDA, Victor Coelho de. *Goyaz: Usos, Costumes, Riquezas Naturais. Estudos e Impressões Pessoais de Victor Coelho de Almeida*. E. G. Revista dos Tribunais LTDA, 1944.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuário Histórico, Geográfico e Descriptivo do Estado de Goiás para 1910*. 8. ed. Brasília: IPHAN, 1987.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.

BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Brasília: Solo, 1996.

BORGES, Barsanulfo Gomildes. *Memória, História e Historiografia. Dossiê Ensino de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero – Revista Brasileira de História vol. 13 nº 25/26. set. 92 / ago. 93.

BOXER, C. R. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Coleção Brasileira, vol. 341).

BRANDÃO, Antônio José da Costa. *Almanach da Província de Goiás para o ano de 1886*. Goiânia: UFG, 1980.

BRASIL, Antônio Americano do. *Súmula da História de Goiás*. 3. Ed. Goiânia: UNIGRAF, 1982.

BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Anpuh / Marco Tero / Fapesp, 1993.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf / UFG (Col. Documentos Goianos, nº 21), 1991.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo. *A mulher, a História e Goiás*. 2. ed. Goiânia: 1992.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*.

CHAUL, Nars Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodríguez. *Goiás*: Identidade Paisagem e Tradição. Goiânia: UCG, 2001.

CHAUL, Nars Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodríguez. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2002.

COELHO, Gustavo Neiva. *Formação do Espaço Urbano nas Vilas de Ouro: o caso de Vila Boa* / Dissertação apresentada ao programa de mestrado em História das sociedades agrárias. Goiânia: UFG, 1997.

COSTA, Emília Viotte da. *Da República à Monarquia: Momentos Decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Goiânia. SUDECO / Governo de Goiás, 1979.

DELSON, Roberta Mary. *Novas Vilas para o Brasil Colônia*. 2. ed. Brasília: Alva Find, 1997.

ELLIS, Mirian. *A Época Colonial: Do Descobrimento à Expansão Territorial*. 8. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1989. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, vol. I).

FERRARA, Lucrécia D'Allesio. *As Máscaras da Cidade*. São Paulo. USP – Revista da USP. Março / abril e maio / 1990.

FERREIRA, Joaquim de Carvalho. *Presidentes e Governadores de Província em Goiás*. Goiânia: UFG, 1980.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Um Período de Transição da Mineração à Agropecuária*. Niterói: UFF, 1983.

Memórias Goianas 13. *Sociedades de Cultura / Centro de Cultura Goiana – Relatório do Governadores da Província de Goiás 1880-1881*. Goiânia: UCG, 2001.

MONTEIRO, Jonh Manuel. *Os negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. Companhia das Letras, 1994.

MONTENEGRO. Antônio Torres. *História Oral e Memória: a Cultura Popular*. Editora S/A Coleção Ciência Sociais, 1976.

PALACIN, Luis. *História de Goiás*. Luis Palacin e Maria Augusta Sant'Ana Morais. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PALACIN, Luis. *História de Goiás em Documentos*. Goiânia: UFG, 2001.

PALACIN, Luis. *O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822 – Estrutura e*

Conjuntura Numa Capitânia de Minas. Goiânia. 4. ed. UCG, 1994.

PASSOS, Cel. Lidolpho Emiliano dos. *Goiás de Ontem: Memórias Militares e Políticas*. Brasília. Ed. do autor, 1986.

POHL, John Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil (1810-1821)*. Belo Horizonte. Itatiaia: USP, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens as Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. São Paulo: Cia Ed. Nacional. Col. Brasileira, vol. 78, 1937.

SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de. *Economia e Escravidão na Capitânia de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG. Col. Documentos Goianos nº 14, 1992.

SILVA, Trindade da Fonseca. *Lugares e Pessoas – Subsídios eclesiásticos para a História de Goiás*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1º volume, 1948.

SOUZA, João Afonso de. *A Paisagem do Século XIX em Vila Boa de Goiás: O Olhar dos viajantes*: Dissertação de Mestrado – UFG. Goiânia 2002.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade: Momentos e Processos: Serro e Diamantina na Formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS / Marco Zero, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: A pobreza Mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SOUZA, Marcos André Torres. *Ouro Fino: Arqueologia Histórica de um Arraial de Mineração do Século XVIII em Goiás*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Goiânia: UFG, 2000.

TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silas e Souza*. 2. ed. Goiânia: UFG, 1998.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNES, Wolney. *O Esforço de Interiorização do País e a Construção de Goiânia*. Goiânia: UFG: História Revista 3. Jan-dez, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (org). *América em Tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

FONTES

Arquivos:

Fundação Cultural Frei Simão Dorvi – Cidade de Goiás

Prefeitura Municipal de Goiás

Acervo pessoal Marco Antônio Veiga de Almeida – Cidade de Goiás

Revistas:

Terra Goyá. Ladislau Couto. Século do Ouro em Goiás: Os Garimpos do Diabo Velho. Agenda 4 Editora, Ano 1 – nº 08. Goiânia, 29 de janeiro de 1996. p. 8-11.

Músicas:

Chico Mineiro. Autoria de Tonico e Francisco Ribeiro. Canção da Dupla: Tonico e Tinoco – CD. Os Maiores Sucessos de Sérgio Reis – Música 08.

Jornais:

O Lidador. Seminário. Anno VI – nº 50. Goyaz, 23 de dezembro de 1901, p. 1.

O Lidador. Reabertura do Seminário Santa Cruz Da Diocese de Goyaz. Anno VI – nº 26. Goyaz, 1º de julho de 1909, p. 01.

O Lidador. Seminário Anno VIII – nº 13. Goyaz, 24 de março de 1910, p. 2

O Vilaboense. Ouro Fino. O Incrível arraial que desapareceu. Ano 1 – nº 1. Cidade de Goiás, novembro de 1996, p. 6.

O Vilaboense. Bento de Araújo. A Esquecida Igrejinha do Ferreiro. Ano 9 – nº XCVIII e XCVIV. Goiás, abril/maio de 2002. p. 7.

O Popular. Goiás nos 500 anos do Brasil – Encarte Especial. Goiânia – 21 de setembro de 2003, p. 7.

ANEXOS

Recortes de Jornais do Acervo pessoal de Marco Antônio Veiga de Almeida, pesquisador vilaboense:

Anexo 1

Tão antiga quanto as de Trindade e Muquém, a romaria à Romaria de São Sebastião é a mais esquecida na liturgia católica – Prece pela chuva nos confins de Ouro Fino

Anexo 2

Ouro Fino: Um velho Arraial Vilaboense

Anexo 3

Pesquisa revive Arraial de Ouro Fino

Anexo 4

Retrospectiva

Anexo 5

Música: Chico Mineiro

ANEXO 1

Tão antiga quanto as de Trindade e Muquém, a romaria à Pedreira de são Sebastião é a mais esquecida na liturgia católica goiana

PRECE PELA CHUVA NOS CONFINS DE OURO FINO

Pouco conhecida e hoje quase no esquecimento total, está a lenda da Pedreira de São Sebastião, localizada no distrito de Ouro Fino, a 18 quilômetros da cidade de Goiás. Essa pedreira, segundo uma tradição que teve início na segunda metade do século XIX, abriga num dos seus nichos naturais uma imagem do santo, ou o próprio São Sebastião materializado em carne e osso, segundo crêem alguns. Os mais antigos habitantes de Ouro Fino atestam que a imagem se encontra no interior da pedreira, mas nunca foi até hoje vista por ninguém, ao que se tem notícia.

São Sebastião da Pedreira de Ouro Fino foi e ainda é o guardião protetor contra as secas que assolam a região. Na tradição oral dos moradores das cercanias, há mais de 150 anos, fiéis vindos da Bocaina, Ferreiro, Goiás e regiões mais próximas, nos tempos de secas prolongadas, levavam potes e bilhas d'água até a pedreira e, quando regressavam às suas casas, já vinham debaixo de violento temporal.

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA

A romaria à pedreira realiza-se, todos os anos, no primeiro domingo de setembro, quando padres da cidade de Goiás celebram missas e recebem ofertas para o santo. Para se chegar à pedreira, pode-se partir da cidade de Goiás, passando-se pelo Ferreiro e pela Bocaina, em distância de 18 quilômetros por estrada carroçável, ou então pela GO-4, no quilômetro 125, na localidade denominada Póvoas: entra-se então pela esquerda, em estrada trafegável, em distância de 12 quilômetros. Recomenda-se que se leve água potável e alimentação, já que a pedreira está localizada em terreno árido, distante do Rio Praia (que banha Ouro Fino) e em local absolutamente deserto.

Nos idos de 1923, o sr. Francisco Abdon Póvoas, com 82 anos de idade, viu um dos fenômenos de São Sebastião da Pedreira, conforme conta:

"Fomos de Goiás para Ouro Fino, onde ficamos hospedados na residência de campo do desembargador Coriolano. A seca era terrível, os campos estavam secos e as lavouras, até mesmo; o milho, que já estava grande; já começava a secar, quando as mulheres de Ouro Fino resolveram fazer uma procissão até á pedreira. Velo gente de muito longe, centenas de pessoas carregando potes d'água na cabeça, para banhar os pés do santo. Mais ou menos às 3 horas da tarde, quando todos voltavam para a cidade, para concluir a promessa com orações na igreja, desabou um temporal tão violento que até arrancou telhas das casas. Na residência onde estávamos, tivemos que abrigar as crianças debaixo das mesas, tal era o aguaceiro que caía."

VINHA A PÉ

Conta-se que, à época de Dom Carlos, que antecedeu, os bispos Dom Eduardo e Dom Prudêncio na Diocese de Goiás, foram feitas diversas tentativas de se levar o São Sebastião da pedreira para a igreja de Ouro Fino. Segundo a tradição, os fiéis buscavam a imagem pela manhã, em procissões solenes e, no outro dia a imagem não se encontrava mais na igreja e era vista, novamente, na gruta. Alguns atestavam que, na poeira do caminho, notavam-se as pequenas pegadas da imagem. Este fato era muito discutido e muitos atribuíam o retorno da imagem a uma manobra dos próprios frades, para aguçar a crendice popular. Esses fatos nunca foram provados.

A lenda é controvertida, pois, além da imagem que, segundo contam, era levada para a igreja e que, pela madrugada retornava ao seu nicho de: pedra, existiria o verdadeiro São Sebastião num interior da gruta, que, até hoje, jamais foi devassada, dada a sua condição inacessível, por ser habitat de marimbondos e répteis sem conta.

DINHEIRO NA GRUTA

No interior da gruta, deve existir inclusive, considerável quantia de dinheiro, o que, à época, poderia ser uma pequena fortuna, mas que hoje não passa de mera relíquia, por serem moedas que já perderam o valor de circulação. Era comum, e ainda o é, apesar de já haver disciplina para as ofertas de esmolas, os crentes lançarem os seus donativos na fenda da gruta. Conta o sr. Francisco Abdon Póvoas que, há mais de 70 anos passados, vivia um negro em Ouro Fino, conhecido por Aniceto, que

recolhia as oferendas que caíam fora do nicho de pedra e, por isso mesmo, era considerado como feiticeiro e excomungado.

Há cerca de 15 anos, quando ruiu a última parede da Igreja de Ouro Fino erigida em louvor de Nossa Senhora do Pilar, os padres passaram a organizar a romaria que acontece, anualmente no primeiro domingo de setembro, ocasião propícia para as ofertas, que são depositadas em local apropriado.

OURO FINO

Ouro Fino foi uma das primeiras cidades goianas, fundada nos idos de 1725, quando da colonização de Vila Boa, por Bartolomeu Bueno da Silva. As lavras de Ouro Fino,"segundo as lendas, constituiam-se num veio de ouro da grossura de um cabo de enxada de duas polegadas de diâmetro. Essa lavra foi interrompida porque o filão passava exatamente por baixo da igreja construída em louvor de N. S. do Pilar, com dois altares menores um de Nossa Senhora do Rosário dos pretos e São Sebastião.

Na última metade do século XIX é no início deste século. Ouro Fino foi uma das cidades mais sofisticadas de Goiás, pois era o local de recreio e colônia de férias dá nobreza vilaboense. Foi, também, a primeira e única cidade goiana a ter uma fábrica de cerveja, cuja bebida era fabricada pelo francês José Nicolau. Posteriormente, Ouro Fino foi elevado a município, com a denominação de Itaiu, mas foi rebaixado a distrito juntamente com Lagolândia.

Hoje, Ouro Fino não existe mais. Todas as suas edificações antigas desapareceram e o seu acervo de peças e obras coloniais tomaram rumo ignorado. Algumas das imagens da igreja de N. S. do Pilar de Ouro Fino estariam na cidade de Goiás.

A GRANDE SECA DO CEARÁ

Por volta de 1894/95, quando se registrou a grande seca no Ceará, que já durava sete anos, o São Sebastião de Ouro Fino, atuou também naquela área. O cidadão cearense, Vicente Gusmão, que era carapina em Ouro Fino, fez uma promessa que, se conseguisse tirar a sua mãe do Ceará ainda com vida, faria um cruzeiro para ser colocado no sopé da pedreira. Vicente Gusmão arreou uma tropa de três burros, levando água da praia em dois surrões de couro, foi ao Ceará e voltou com a sua velha mãe, após 14 meses. Dez dias após a sua chegada, de baixo de uma mangueira,

onde, mais tarde seria construído o seminário de D. Prudêncio, foi lavrada a madeira e montado o cruzeiro que, ainda hoje, serve de ponto de convergência dos fiéis que vão à Pedreira de São Sebastião, na busca de. chuva, quando a; estiagem é longa.

Arquivo Pessoal: Marco Antônio Veiga de Almeida

3º Caderno Ano XVI – Goiânia, 25 a 31 de agosto de 1975 – Nº 760

ANEXO 2

Ouro Fino: Um velho Arraial Vilaboense

Ao falar de nossa Goiás cidade, é nos forçoso citar os seus templos e povoados bisseculares, glória de um Cristianismo que chegou até a este lendário vale do Rio Vermelho, trazido pêlos abnegados monges que um dia seguiram as pegadas dos ambiciosos e audazes bandeirantes.

E, desse modo, dentre os vários arraiais vilaboenses fundados pêlos intrépidos companheiros do segundo Anhanguera, nenhum, talvez, está a exigir, no momento, melhor carinho e justiça por parte dos nossos atuais administradores, quanto o de Ouro-fino.

Digo isto, não somente em relação ao seu brilhante passado histórico, mas, também, com vista á privilegiada posição geográfica que ele ocupa dentro do nosso Município. A sua topografia é deveras graciosa e plana, aliada à altitude excelente de mais de seiscentos metros acima do nível do mar, além do clima notadamente salubre que ali experimentamos.

Foi pena que os iconoclastas de hoje, fizeram ruir por terra ou desaparecer no monturo, o venerável orago de Ouro-fino, testemunha surda e altamente valiosa daquelas priscas eras seticentistas do vertiginoso ciclo, da mineração aqui no nosso meio.

O cruzeiro de aroeira lavrada, fincado a frente da porta principal dessa igreja, ali permanece, milagrosamente, desafiando os embates das intempéries, data mais de dois séculos e supõe-se, conforme a tradição oral de nossa gente, que debaixo do seu tosco pedestal, hajam soterradas mensagens escritas, deixadas pêlos seus contemporâneos.

Americano do Brasil, em sua "Súmula de História de Goiás", 2a. edição, página 55, assim relata-nos, de passagem, os fundamentos desse antigo arraial: "...Thomar fundara Mela-Ponte em 1727; Manoel Calhamares em 1729 levanta os alicerces de Anta; ao mesmo tempo Dias da Cruz, a quatro léguas de Guacorumbé, encetava a fundação que tomou o seu nome. Outros arrojados sertanistas fundaram Ouro Fino, Santa Rita, Flores, Curuxá, S. José, Água Quente, Trahiras, que foram outros tantos campos de tragédias do ouro e de ambições mal contidas, Goiás povoava-se e despovoava-se de ouro".

Saint Hillaire por ali transitou, há cerca de uns cento e quarenta anos já decorridos, quando de sua excursão científica à Província de Goiás, e bem assim, João Emanuel Pohl, em 1820.

É bem verdade, que não tive a ventura de conhecer aquele decantado Ourofino dos bons tempos do Arranchamento de Férias do Seminário Santa Cruz, instituído por Dom Cláudio, conforme nos dá notícia o saudoso e erudito Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, no seu livro "Lugares e Pessoas".

Por essa época, a que esse autor se refere, o citado arraial ainda era regularmente habitado, nele residindo varões ilustres, os quais deram descendência às famílias Galvão, Moura Lacerda, Ludovico de Almeida, Ramos Jubé, etc., sendo que muitos deles jazem sepultados no cemiteriozinho anexo a capela.

A gravura que ora ilustra estas minhas despretenciosas linhas, retrata a igreja de Ourofino aí pêlos idos de 1943, quando, então, fiz um desenho desse local.

São inumeráveis as lendas e historietas que se contam desse bicentenário arraial, Dizem que os bandeirantes paulistas, descobriram nessa região, uma fabulosa mina de prata. Aconteceu, que eles se preocupavam, mais, era com o vil metal precioso, e então, entupiram a jazida, envolvendo-a num tenebroso mistério.

Do arraial em apreço, propriamente dito, só restam atualmente, umas duas ou três moradias paupérrimas, clamando por restauração. Suas furnas, taperas e grupiaras, vivem povoadas de duendes ou fantasmas. E nem por isso, Ourofino deixa de encantar-nos. Às jaboticabeiras nascem, crescem e frutificam abundantemente por todos os cantos, sombreirando as margens cascalhentas do famoso ribeirão do Praia.

E as lavras de ouro?

Elas se perdem de vista, atestando o arrojo e a ganância dos nossos antepassados.

O governo estadual precisa de ser mais generoso com o outrora rico e hoje desprezado arraial de Ourofino.

Por que não transformá-lo, o mais depressa possível, numa aprazível colônia de férias dos escritores goianos, por exemplo, dotando-o de água encanada, energia elétrica, boas estradas de rodagem, etc., ligando-o diretamente a Goiânia?

Arquivo Pessoal: Marco Antônio Veiga de Almeida

Por Octo Marques

ANEXO 3

Pesquisa revive Arraial de Ouro Fino

"Fizemos a última viagem,/ foi lá pro sertão de Goiás,/ foi eu e o Chico Mineiro, / também foi o capataz.../ Viajamos muitos dias/ pra chegar em Ouro Fino/ onde passamos a noite/ numa Festa do Divino... Conhecidíssimos, os versos contam uma história que acaba em tragédia e que, dizem, aconteceu realmente. É a canção caipira **Chico Mineiro**, de autoria de Tonico e Francisco Ribeiro para a dupla **Tonico e Tinoco**. Pelo menos o palco do drama é real: o Arraial de Ouro Fino, situado a 18 quilômetros da cidade de Goiás.

Na verdade, no local existem apenas ruínas do conjunto de casas que se instalou em 1726 em nome da febre do ouro que atraía milhares de aventureiros. Entre eles, o explorador Bartolomeu Bueno da Silva, considerado responsável pela fundação do Arraial, nas nascentes do Rio Vermelho. [...].

História – Recorrendo a livros, documentos diversos e relatos orais que vêm atravessando gerações. Marco António desenvolve projeto abrangente de recomposição da história do extinto núcleo populacional. O esforço inclui ainda uma série de quadros que completam as informações sobre o local. São residências, igrejas, largos e outros aspectos de Ouro Fino que vão sendo remontados a partir dos vestígios e das informações que o pesquisador obtém.

Segundo Marco António, a denominação do Arraial foi inspirada na qualidade do metal da região. "Construído em lugar aprazível e de ótimo clima, Ouro Fino foi morada de muitas famílias que ali edificaram casas de férias. Era também ponto de concentração estudantil e de encontro de intelectuais do clero. Havia um seminário construído no início do século XIX, que abrigava mais de 100 alunos diariamente", destaca o pesquisador. Com a vida pulsando em torno do ouro, o povoado chegou a ter 36 casas comerciais.

O primeiro pároco de Ouro Fino teria sido o padre António Pereira Ramos Jubé, que assumiu em julho de 1847. Um dos suportes da pesquisa de Marco António são os relatos do historiador Raymundo José da Cunha Mattos no livro **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**, de 1824, que informava haver "60 casas em ruínas, uma igreja de N.S. do

Pillar, que perdeu toda a sua importância depois da destruição das pontes dos rios Uru e Almas".

As lendas – A trágica morte de Chico Mineiro, que separou dois grandes amigos é apenas uma das muitas histórias que tiveram como berço a velha Ouro Fino. Muitas lendas têm povoado a mente dos moradores da região. Uma das primeiras leva à descoberta pelos bandeirantes de uma gigantesca mina de prata. "Naquela época (início do século XVIII) esse metal estava desvalorizado, por isso a mina foi soterrada", afirma Marco António.

Ouro Fino hoje – Percorrendo o local, Marco António constatou que de Ouro Fino restam atualmente apenas o cemitério e as ruínas da igreja. "Hoje, do seu patrimônio artístico-cultural existem peças do altar-mor que estão expostas no Museu das Bandeiras na Cidade de Goiás. Anjos e algumas poucas fotografias falam da presença de Ouro Fino no passado do povo vilaboense", anota o pesquisador. Assim, segundo ele, onde havia a igreja, só existem vestígios das paredes, o cruzeiro de aroeira e alguns esteios de casas. "E preciso que se faça alguma coisa para salvar essa parte da história que está se perdendo", propõe Marco Antônio.

O pesquisador conta que, pouco antes de morrer, aos 92 anos de idade, o historiador Luiz da Cunha Morais o recebeu em sua casa, dando-lhe interessantes informações sobre a vida em Ouro Fino. Falou do largo da igreja, da Rua Direita – lá também existia essa denominação - e da missa das sete horas da manhã. "Eu tomava banho frio, um café reforçado e seguia rumo ao Arraial. A saída era pelo Largo do Rosário. Fazíamos o percurso até lá em duas horas a pé. Era muito boa aquela época", teria dito Luiz Morais.

Com paciência e habilidade. Marco António vai recompondo a história do casario de Ouro Fino em suas telas. A igreja, erguida em 1820, é uma das construções reproduzidas. O rapaz destaca também o processo de deterioração dos prédios, retratando as ruínas a partir da visita que fez em 1993. O seminário - usado apenas nas férias – é outro prédio remontado a partir de informações. "É muito importante que estes dois séculos de história sejam recuperados. É meu grande desejo transformar depois as gravuras em maquetes", planeja o rapaz.

Arquivo Pessoal: Marco Antônio Veiga de Almeida

Por Antônio Lisboa

Goiânia, Terça-feira, 10 de janeiro de 1995.

ANEXO 4

RETROSPECTIVA

Abismada vejo que meio século foi trincada de destruir, no quadro vivo de minha memória, a nitidez das lembranças nela contidas.

Foi ontem vendo a Retrospectiva.

Como sementinhas de alpiste brotando todas ao mesmo tempo, elas vieram nítidas e tão claras como se fossem vividas ontem mesmo.

Como a coração aos pulos, emocionada passei a colocá-las, em ontem, no tabuleiro de minhas recordações.

Perplexa vi que estavam intactas nas horas de minha infância atribulada. E entrando pêlos caminhos da saudade me vi indo a pé, com as estrelas vivas a piscar no céu madrugada afora rumo ao Arraial de Ouro-fino.

O linguajar estranho de minha companheira era benevolência de paz e tranqüilidade. A despreocupação do caminhar no início da madrugada começava a se dizer quando nos aproximávamos do vai-e-vem, onde diziam era "assombrado". Contavam que os cavaleiros ao se aproximarem pelo riacho que cortava a mata sentiam que algo montava em suas garupas e que o peso era tanto que o cabalo abaixava e só a custo conseguia chegar a outra margem coberto de suor. Ao aproximarmos da mata, ainda com o lusco-fusco da madrugada o medo nos duplicava os passos e era com alívio que entrávamos, correndo no descampado, com o coração aos pulos.

Com os primeiros raios de sol, os pés e os cabelos molhados do orvalho da madrugada chegávamos ao Ouro-fino.

Revejo através a neblina das lágrimas, desfilarem nítidas em minha retrospectiva suas primeiras casas. Lá está a igrejinha com o cemitério ao lado. Caminhando em minhas recordações entro pé ante pé na velha igreja. Olho o altar e lá está a me fitar, o pequeno Menino Jesus que fora nosso hóspede, nas vésperas do Natal, para que fizéssemos sua nova roupinha de tule e rendas. Subo a torre do sino, onde tantas vezes brinquei de "esconder" assustando os morcegos. Desço da torre e logo abaixo está a casa de Quita Jubé sempre barulhenta, hospedando filhos, netos e amigos.

Paro e olho o Largo. A direita está a casa de Sá Zefa de Joaquim Grande, mulata aliena e que mora com sua neta Geralda. Logo abaixo

a casa de Seu Ramiro e Dona Mariquinha que vivem em companhia de Totonho e Bibi (Gabriel) e a neta Geralda cujos pais Cecília e Compadre Noé moravam numa chácara perto do Arraial lá está, também, no Largo, a casa do Prof. Ferreira Bunitinha. pintada de branco com os portais azuis.

Em minha peregrinação entro numa ruazinha, a direita, coberta de vassourinhas a me baterem nas pernas, e vejo ao lado esquerdo uma casa pequena, com uma porta e uma janela, de frente, onde vive Fióta de Seu Benditinho – o vaqueiro. Logo abaixo a casinha de Chico Daniel, cheinha de crianças. Olho a direita e o coração bate com mais força: é uma casa de Janelas grandes. pintadas de vermelho escuro. Revejo, nitidamente, a cena: a grande porta abre repentinamente e alguém, apressado atira um copo d'água, em cheio no rosto de meu pai. É que ele batera na porta com a bengala e gritara: "Saia da toca cascavel!"

Era a querida Dáia. Sempre foi assim a primeira saudação dos dois. Difícil encontrar no mundo duas pessoas que se quisessem tanto quanto meu pai e Dáia Coutinho. Era amizade incondicional em todos os momentos e por toda vida dentro da sinceridade de ambos. Vejo-a alta, magra, os cabelos cortados curtos e sua personalidade forte, sincera, franca até a agressividade. Ela era única em suas atitudes marcantes e eu a admirava.

Volto a descer, tristemente a rua. Na esquina está a casa de Zé Veio e sua Zéfa de cabelos vermelhos. E também a filha Nenzica que quando queria cortar os cabelos mandava saber de minha mãe se podia "tozá ela". Chego logo abaixo a casa de Néco Jubé e Isabel. Olho a direita e na minha saudade vão se aproximando Dona Nenen Remigio, Dona Eugênia. sempre carregando o neto órfão, Maria, Eliza, todos bons amigos que cruzaram os caminhos de minha infância.

Desvio o olhar e lá embaixo, bem no fim da curva, está a chácara de Seu Lindolfo. Volto. Na minha saudade não encontro torças para chegar até lá. Subo a rua e viro à direita, passo pela casa de Zé Veio e chego a Tapera. No ar um cheiro bom de manga madura e folhas secas. Sigo em frente e dobro a rua. Eis-me na porta de Manoel Inácio. Era muito velhinho quando se casou com Mariquinha de Viterbo e ganhou de dote, várias cunhadas anormais. Elas encheram minha infância, com minhas "astúcias" como diziam. Deixemo-las em paz que deste mundo já se foram de há muito. Olho em frente e vejo a casa, imponente de Dona Benedita Remigio. Contavam que era uma. Casa alegre na época em que sua dopa era viva. Estava fechada havia tempo.

Entro agora, pé ante pé, cheia de emoção, na casa em frente a de Dona Benedita e devagar abro a porta do corredor. Entre e me aproximo, de mansinho de alguém muito querido. É tia Ritinha – a Mestre. (Rita Galvão da Moura Lacerda), (tia de Regina) Que criatura maravilhosa! Culta e humana. Em sua casa funcionava a escola. Para os do Arraial e os dos arredores. Era muito querida e respeitada por todos. Como eu gostava de estar com ela! Sua casa hospedava constantemente amigos e parentes. Alceu, Anita e filhos e os demais parentes a visitavam com freqüência. Seu esposo era um senhor bonito de barbas brancas e fala pausada. Nós o chamávamos Totó Mariano. Como ele gostava dos bolos de arroz feitos por minha mãe! Foi em casa deles que vi pela primeira vez Vitor Coelho. Lá era ponto de descanso para quem ia ao "Barrigudo" fazenda de Vô Dimundo (Edmundo Galvão) sogro de meu tio. Em suas andanças Vítor Coelho ia, em companhia de Chiquinho de Malvina ''e tia Chiquita até o Ouro-fino. Gostava de ouvi-lo a prosear horas a fio. Deixo, com relutância, a casa da Mestre. Estou em frente a uma grande ruína. Fico indecisa: entro ou não? Ouço claramente, a recomendação materna: "não quero ninguém no seminário! aquilo está um perigo! Com aquelas vigas, de aroeira caindo ninguém deve entrar lá!"

Fecho os olhos. Que estou fazendo? Acrobacias. Saltando de uma viga balouçante a outra. Olho a capela; está caindo aos pedaços. Saio devagar com medo das tábuas ruírem.

Onde estou? Atravessando o túnel do tempo vi que: "Gemia em cada canto, uma tristeza.

Chorava em cada canto uma saudade..."

Arquivo: Marco Antônio Veiga de Almeida

Por Raynerita de Queiroz Costa

ANEXO 5

Chico Mineiro
(Tonico e Tinoco)

Cada vez que me lembro do meu amigo Chico Mineiro
Das viagens que eu fazia ele era meu companheiro
Sinto uma tristeza, uma vontade de chorar
Lembrando daqueles tempos que não mais vão me voltar
Apesar de ser patrão
Eu tinha no coração
Um amigo... Chico Mineiro
Caboco bão, decidido
Na viola, dolorido.
E era peão dos boiadeiros
Hoje porém, com tristeza
Recordando das proezas
das nossas viagens e motim
viajamos mais de dez anos
Vendendo boiada e comprando
Por esse rincão sem fim
Mas, porém chegou um dia que Chico apartou-se de mim"

Fizemos a última viagem
Foi lá por sertão de Goiás
Fui eu e o Chico Mineiro Também foi o capataz...
Viajamos muitos dias
Pra chegar em Ouro Fino
Aonde passamos a noite
Numa festa do Divino
A festa estava tão boa
Mas antes não tivesse ido

O Chico foi baleado
por um homem desconhecido
Larguei de comprar boiada
Mataram meu companheiro
Acabou o som da viola
Acabou o Chico Mineiro
Depois daquela tragédia
Fiquei mais aborrecido
Não sabia da nossa amizade
Porque a gente era unido
Quando vi seu documento
Me cortou o coração
Vim saber que o Chico Mineiro
Era meu legítimo irmão
(CD: Os Maiores Sucessos de Sérgio Reis – Música 8)

Entre ruínas e memórias, o arraial de Ouro Fino ressurge como testemunho de um tempo em que o ouro moldou destinos, construiu histórias e deixou marcas profundas no sertão goiano. Surgido no início do século XVIII, Ouro Fino foi palco de descobertas, lendas, tragédias e mistérios que atravessaram séculos e ainda ecoam na identidade cultural da região. Ouro Fino: Memórias de um Arraial Vilaboense é fruto de uma pesquisa dedicada a resgatar e reconstituir a trajetória desse espaço singular, revelando sua importância não apenas para a história de Goiás, mas também para a compreensão do Brasil colonial. Ao unir História e Memória, a obra convida o leitor a revisitar os dias de glória e abandono de um arraial que, embora extinto, permanece vivo na lembrança coletiva. O livro também destaca como Ouro Fino se insere no contexto mais amplo do ciclo do ouro e da formação da Capitania de Goiás, permitindo compreender as transformações sociais, econômicas e culturais desse período. Nesse sentido, não se limita a narrar fatos: amplia a reflexão sobre o patrimônio histórico, suas permanências e esquecimentos, mostrando como a memória se projeta para além do local, alcançando a dimensão regional e nacional. Mais do que um registro documental, este livro é um convite à reflexão sobre o valor do passado e suas heranças, abrindo caminhos para novas interpretações e estudos sobre o universo minerador e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira.

EDITORA
ILUSTRAÇÃO